

Universidade Federal de Santa Catarina

Curso de Museologia

Campus Universitário Trindade

Florianópolis- SC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Museologia, Coordenadoria Especial de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel no Curso de Museologia

Orientadora: Luciana Silveira Cardoso

Florianópolis, 2017

Um mar de conchas no museu: O Caso do Sítio Rio do Meio Salvaguardado no Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral - MARquE/UFSC

Um mar de conchas no museu: O Caso do Sítio Rio do Meio Salvaguardado no Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral - MARquE/UFSC

Letícia da Silva Gondim

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre o acervo do Rio do Meio, escavado entre os anos de 1997 e 1998 e que desde então encontra-se armazenado parte em reserva técnica e o restante do material não processado em outros espaços pertencentes ao Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (MARquE/UFSC).

Orientadora:
Luciana Silveira Cardoso



Letícia da Silva Gondim

**UM MAR DE CONCHAS NO MUSEU:
O CASO DO SÍTIO RIO DO MEIO SALVAGUARDADO NO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROFESSOR OSWALDO RODRIGUES CABRAL -
MARquE/UFSC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof^a M^a Luciana Silveira Cardoso

Florianópolis,
2017.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gondim, Leticia da Silva
UM MAR DE CONCHAS NO MUSEU: : O CASO DO SÍTIO
RIO DO MEIO SALVAGUARDADO NO MUSEU DE ARQUEOLOGIA
E ETNOLOGIA PROFESSOR OSWALDO RODRIGUES CABRAL -
MARQUE/UFSC / Leticia da Silva Gondim ; orientador,
Luciana Silveira Cardoso, 2017.
87 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em
Museologia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Conservação Arqueológica. I.
Silveira Cardoso, Luciana . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia.
III. Título.

Letícia da Silva Gondim

**UM MAR DE CONCHAS NO MUSEU:
O CASO DO SÍTIO RIO DO MEIO SALVAGUARDADO NO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROFESSOR OSWALDO RODRIGUES CABRAL -
MARQUE/UFSC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do Título de Bacharel em Museologia aprovado em sua forma final pelo Curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 10 de outubro de 2017.

Prof.^a M^a. Luciana Silveira Cardoso
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a M^a. Luciana Silveira Cardoso
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Jaime Mujica Sallés
Universidade Federal de Pelotas

Me. Lucas Figueiredo Lopes
Museólogo do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo
Rodrigues Cabral

Este trabalho é inteiramente dedicado
com muito amor e gratidão aos meus pais e meu irmão,
Rubens de Souza Gondim, Janeide Silva Gondim e
Felipe Tadeu Gondim.

AGRADECIMENTOS

Sou da opinião de que ninguém consegue nada sozinho. Aproveito este espaço para agradecer todos e todas que estiveram ao meu lado em mais uma caminhada.

O primeiro agradecimento é para minha família. Pai, tenho muita sorte de ter na minha vida, como meu Pai e meu incentivador. Mãe, minha companheira, que tanta paciência tem comigo e que tanto me incentiva e ajuda também. Me sinto abençoada por ter pais tão amados e dedicados como vocês, espero um dia poder retribuir todo carinho, amor e atenção. Sem vocês, nada seria possível, do fundo do meu coração, amo muito vocês e gratidão por tudo!

Felipe Tadeu, meu irmão amado que tanto cuidei desde pequeno e que agora cuida muito de mim. Orgulho imenso de ti e do homem que te tornastes. Te amo! Valéria Cunha, agradeço teu sempre carinho e cuidado comigo, as boas conversas e incentivos!

Aproveito para agradecer pela oportunidade de ser aceita no curso de Museologia, pelos desafios e aprendizados. Professora Luciana, agradeço por aceitar a orientação de TCC. Professora Thainá, meu super agradecimento também pelos conhecimentos compartilhados, pelas inúmeras conversas. Juntamente às duas aproveito para agradecer pela dedicação em fazer com que a Museologia continue.

Professor Jaime Mujica, muchas gracias por venir, por aceptar hacer parte de un momento tan importante de mi formación. Muchas gracias por la oportunidad de ternerte aquí, por tu amistad, consejos y por la inmensa amabilidad. Meu muito obrigada à Taciane Souza pela a gentileza, por me aceitar e me incluir em sua pesquisa, à Santiago Bude por toda amabilidad conmigo en Rivera y por seguir mi amigo. E a todos e todas que fazem parte do LÂMINA/UFPEL que sempre me receberam de braços abertos e sempre foram muito gentis comigo.

Lucas Lopes, agradeço de coração por aceitares estar na minha banca, agradeço os conselhos e conhecimentos compartilhados. Querida Vanilde Ghizoni, meu muito obrigada por tamanha paciência comigo, tantos conselhos, pelas tantas lágrimas, tantas gargalhadas; agradeço pela tua sempre imensa gentileza e carinho comigo!

Luciane Zanenga, “Lu”, eu amo muito você e jamais em minha vida vou esquecer tudo que fizeste por mim. Agradeço pela leitura e contribuições para esta pesquisa. Conta sempre comigo! Aproveito o ensejo para agradecer ao querido amigo Magaiver, Marcelo Balvoa, carinho por ti e por seu sempre cuidado comigo, muchas gracias hermanito!

Agradeço também aos Professores Lucas Bueno e Juliana Machado pelos ensinamentos, campos e as muitas aventuras que compartilhamos juntos. Faço uso deste parágrafo também para agradecer imensamente a equipe do MARquE/UFSC que muito me ajudou nesta jornada, entre muitas conversas, choros e gargalhadas, meu muito obrigada Claudete, Dona Lúcia, Fabrícia, Selma, Aparecida, Ana Letícia, Seu Luiz, Seu Euclides e Flora.

Quero agradecer também aos meus sempre parceiros e que tanto me fazem falta, Marcelo do Amaral, Marcelino Donizeth, Karen Kremer, Thiago Guimarães, Fátima Althoff, Sára Fermiano e Marina Bruschi do Atecor/FCC. Vocês são essenciais na minha vida, cada um com sua importância, jamais conseguirei agradecer tudo que fizeram e o que representam para mim.

Lucas Bond, agradeço pela leitura e contribuições nesta e em tantas outras pesquisas. Não há palavras que possam expressar minha gratidão e amor por ti; só quero que saibas que você é e sempre será muito importante para mim em todos os sentidos nessa vida.

Aos meus colegas de laboratório e amigos de verdade, Isabella Müller, Angela Salvador e PC, Gabriela Oppitz, Thiago Umberto, Ana Bueno, Stela Schenato e Felipe Terra, sorte a minha ter encontrado vocês no meu caminho para me ensinarem e cuidarem tanto de mim! Simon Tiburon, super merci por tudo que fizeste por mim, pela mão que tu me estendeste e tanto me ajudaste; aproveito para agradecer a Paula Marques coração de ouro, merci Paulinha! Alejandra Matarrese, mi angelito, muchisísimas gracias por todo, sos increíble, te quiero mucho!

Aos meus amigos que a História me deu, Evelyn Carvalho, Tales Kamigouchi, Heloíisia Nunes, Isabella Cristina, Ana Docinho, Fabiano Garcia, Vinícius Gomes, Kennya Souza, Camila Goetzing, Rodrigo Prates, Camila Bergamin, Isaac Fachin, Julinho, Lucio Consul, Lara Kemper, Lucas Simões, Thomas Farines, Lara e Laís Lodi. Gratidão pelas conversas, incentivos e pelas tantas vezes que precisei de um ombro amigo.

Aos meus amigos que a Museologia me deu, Ágatha Agster, Maria Eugênia, Raísa Ramoni, Rogério Satil, Alex Padilha, Filipe Gomes, Caroline Liebl, Sônia Melim, Ezequiel Kothe, Elisa Schemes, Anna Serafim, Eugênio Pelegrin, Cecília Ewbank e Nádia Philippsen. Gratidão pelas conversas, incentivos e pelas tantas vezes que precisei de um ombro amigo.

As minhas amigas e ciganas lindas Gabrielle Beck, Elsa Casalett, Raísa Wentelemns, Daniele Knih e Laís Cruz, agradeço pelos lindos momentos que pude compartilhar ao lado de vocês.

Aos meus tantos amigos espalhados pelo mundo, Theo Basler, Rosario Giacomoantonio, Raffaella Sturzenegger, Gabriela Melo, Thaís Zeller, Lucioneia Strjbis e Lucia Faeh. Agradeço também à Jorge Koho e Marge Oppliger pelo seu sempre amor e cuidado comigo, você sempre vai ser aquilo que eu mais quis e eu sempre vou ser aquilo que você mais quis também. Pedraca e Lezinha, amo infinitamente vocês. Pedro Tiuna minha gratidão pelo nosso encontro, pelas coisas que me ensinastes, pelo mundo que me apresentaste e pela coragem que destes. Dona Margarida e Seu Geruzes eterna gratidão!

Marina Guzman, “Gu” gratidão amiga, por tudo! Thaís e Dyane, vocês são maravilhosas, há tanto que falar, tanto que agradecer.... Amo vocês! Professora Andréa Delgado, gratidão pela gentileza, pelo amor e carinho; estaremos sempre juntas.

Aos que ficaram e aos que se foram, carrego um pouco de cada um de vocês em mim e espero ter deixado o meu melhor em vocês!

Letícia Gondim

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades
Muda-se o ser, muda-se a confiança.
Todo mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades”.

Luís Vaz de Camões

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre o acervo do Rio do Meio, escavado entre os anos de 1997 e 1998 e que desde então encontra-se armazenado parte em reserva técnica e o restante do material não processado em outros espaços pertencentes ao Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (MARquE/UFSC). Esta pesquisa se faz importante para compreender os contextos de transformações de métodos, leis e das transformações na Arqueologia e nos museus de Arqueologia no Brasil. A partir da reflexão deste estudo de caso, busca-se analisar que os museus de Arqueologia, através da incorporação do conceito de Musealização da Arqueologia, cada vez mais busca a interdisciplinarmente para encontrar a melhor solução, respeitando o contexto e limitações de cada instituição, para a recuperação de informação do acervo; para um acondicionamento correto e seguro; e uma documentação eficiente. Além dessa maneira sensibilizarem os demais pesquisadores envolvidos nesse processo, pois o que se encontra salvaguardado numa instituição museológica tem tanto potencial de pesquisa quanto a realização de uma nova escavação.

Palavras-chave: Arqueologia, Musealização da Arqueologia, Conservação, Museologia

ABSTRACT

The present work aims to present a reflection on the collection of Rio do Meio, excavated between 1997 and 1998, and since then it has been stored part in a technical reserve and the rest of the material not processed in other spaces belonging to the Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (MARQUE/UFSC). This research is important to understand the contexts of transformations of methods, laws and transformations in Archeology and museums of Archeology in Brazil. From the reflection of this case study, we seek to analyze that the museums of Archeology, through the incorporation of the concept of Musealization of Archeology, increasingly seek the interdisciplinary to find the best solution, respecting the context and limitations of each institution, for the collection of information from the acquis; for correct and safe packaging; and efficient documentation. In addition, the other researchers involved in this process are sensitized, since what is safeguarded in a museum institution has as much research potential as the realization of a new excavation.

Keywords: Archaeology, Archaeology Musealization, Conservation, Museology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do sítio Rio do Meio em Florianópolis/SC.....	p.28
Figura 2: Hierarquia dos documentos legais.....	p.42
Figura 3: Frente da edificação localizada na Botânica/UFSC onde se encontrava o acervo até final de dezembro de 2014.....	p.63
Figura 4 e 5: Acondicionamento do acervo Rio o meio nesta edificação.....	p.63
Figura 6 e 7: Transferência do acervo para a edificação em que se encontra atualmente.....	p.64
Figura 8: Frente da Edificação, réplica de um Engenho de Farinha, onde se encontra o acervo não processado desde 2015.....	p.65
Figura 9: Parte interna da edificação onde atualmente encontra-se armazenado grande parte do material proveniente do sítio Rio do Meio.....	p.65
Figura 10: Armazenagem em saco de lixo, onde foram encontrados outros pequenos pacotes correspondentes a datas, quadras e níveis diferentes.....	p.66
Figura 11: Sacola de mercado onde estão armazenados parte dos vestígios coletados.....	p.68
Figura 12: Identificação de quadra, nível e data da coleta mais possível informação sobre o local onde foi coletado o material.....	p.67
Figura 13: Exemplar de como encontramos armazenados a grande maioria dos pacotes de concha.....	p.68
Figura 14 e 15: Pacote de concha encontrado no Engenho, ao lado podemos ver seu peso 9.375 kg.....	p.68
Figura 16 e 17: Primeira Imagem, caixa em marfinito localizada na reserva técnica do museu com pacotes de concha. Ao lado, depois da triagem o espaço que foi liberado para acondicionamento de novo material.....	p.69
Figura 18: Vestígios de plástico e cerâmica contemporâneas.....	p.70
Figura 19 e 20: Vestígios de lixo contemporâneo coletados em campo, como possíveis sacolas plásticas, pedaços de espumas e cerâmica contemporânea.....	p.70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
DPHAN – Departamento de Patrimônio Artístico Nacional
EIAs – Estudos de Impactos Ambientais
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
GR – Gabinete do Reitor
GT – Grupo de Trabalho
IA – Instituto de Antropologia
IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LEIA – Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia
MARquE – Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral
SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
UFSC -Universidade Federal de Santa Catarina
MU – Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
Capítulo I	
1. Arqueologia.....	p.37
1.2 IPHAN, legislações e Arqueologia de Salvamento na década de 1990.....	p.39
1.2.1 O que é o IPHAN?.....	p.40
1.2.2 Legislações e Arqueologia de salvamento na década de 1990.....	p.42
1.2.3 Arqueologia de Salvamento.....	p.46
Capítulo II	
2. Museologia.....	p.49
2.1 Museu e sua origem.....	p.49
2.2 Origens do museu universitário e museus etnográficos.....	p.50
2.3 Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina (MArquE/UFSC).....	p.53
2.4 Musealização da Arqueologia.....	p.57
Capítulo III	
3. O estudo de caso – Rio do Meio.....	p.61
3.1 Método de escavação e política de coleta do sítio Rio do Meio.....	p.61
3.2 De que forma e onde encontra-se acondicionado o acervo?.....	p.62
3.3 Discussão.....	p.70
3.4 Atualmente como encontra-se o acervo e o que tem sido feito.....	p.74
Considerações Finais	p.77
Referências Bibliográficas	p.82

INTRODUÇÃO

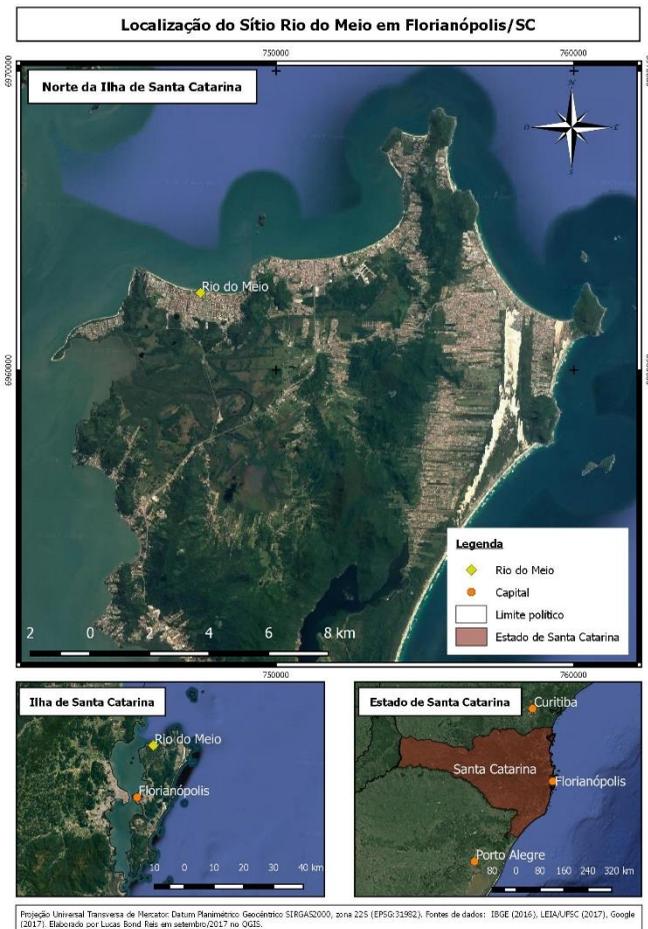
A escolha deste estudo de caso se deu através do contato com a pesquisa de Simon-Pierre Gilson¹ que ministrou uma aula sobre zooarqueologia durante a disciplina optativa “Laboratório de Pesquisa - Arqueologia: Métodos e Técnicas”, ofertada pelo Professor Lucas Bueno. A disciplina foi ministrada durante o segundo semestre de 2016. Bastante interessada pelo tema e pela experiência, iniciei trabalho voluntário em novembro de 2016, auxiliando na pesquisa através das atividades de triagem do material faunístico. Esta tarefa, desenvolvida por Gilson durante a pesquisa, teve por objetivo a triagem e agrupamento dos vestígios faunísticos em grandes categorias: restos de peixes, de mamíferos marinhos e terrestres, de aves, de moluscos marinhos e terrestres e material ósseo queimado.

Apesar de conhecer a trajetória do Rio no Meio nos espaços pertencentes ao Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE), foi apenas através desse contato direto que decidi aprofundar e realizar esta pesquisa. O trabalho diário em cima deste acervo me despertou muitos questionamentos em relação ao trabalho do arqueólogo e do museólogo, a ligação entre os dois campos de estudos e ainda pensar na questão da importância da conservação destes vestígios coletados em campo e trazidos ao museu, e de que forma poderiam ter um armazenamento e acondicionamento apropriado.

O sítio arqueológico está localizado na região noroeste da cidade de Florianópolis, junto à parte média da praia de Jurerê, em terreno de marinha, no local conhecido pela população de Jurerê Tradicional como Rio do Meio (Figura 1), em alusão a um rio, hoje aterrado. Conforme dados coletados pela equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia LEIA/UFSC, situa-se nas coordenadas UTM 22J 747456 / 6962582 (datum SIRGAS2000).

¹ Doutorando em Arqueologia pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro e Pesquisador-Colaborador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA/UFSC).

Figura 1: Mapa de localização do Sítio Rio do Meio em Florianópolis/SC
Elaborado por: Lucas Bond Reis



As escavações deste sítio ocorreram há vinte anos atrás, durante os anos de 1997 e 1998, enquanto produto de um salvamento arqueológico no âmbito do projeto Gerenciamento dos Sítios Arqueológicos do Empreendimento Jurerê Internacional, previsto na Minuta de Acordo na Ação Pública de Responsabilidade que o Ministério Público Federal moveu a Habitusul Empreendimentos Imobiliários Ltda. (01/12/1992). A pesquisa foi coordenada pela então

arqueóloga do Museu Universitário MU/UFSC² e visava mitigar os danos causados ao sítio por conta deste empreendimento.

O sítio Rio do Meio, entendido como acervo herdado e aqui debatido como estudo de caso, é caracterizado como um sítio raso, terminologia que segundo Lessa & Scherer³ não é a única usada para essa tipologia de sítio, o que gerou, e ainda gera extensos debates entre pesquisadores.

De fato, na literatura arqueológica os sítios rasos podem ser encontrados sob várias designações: jazidas paleoetnográficas⁴, acampamento litorâneo, sambaqui sujo⁵, Tradição Itararé⁶ e ocupação pré-colonial Jê⁷, nestes dois últimos casos por conta de um tipo característico cerâmico. Segundo Rohr⁸:

Ocorre na Ilha [de Santa Catarina] uma série de sítios arqueológicos rasos, com numerosos sepultamentos e uma cultura material muito copiosa, semelhante à cultura dos sambaquis. No entanto, estes sítios não são sambaquis porque encerram teor muito baixo de conchas. A camada arqueológica dos mesmos, de aproximadamente um metro de espessura, assenta

² Nome da instituição na época da escavação. Atualmente o museu tem como nome Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – MARQUE/UFSC.

³ LESSA, Andréa; SCHERER, Luciane Zanenga. O outro lado do paraíso: novos dados e reflexões sobre violência entre pescadores-coletores pré-coloniais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.18, 2008. p.90.

⁴ TIBURTIUS, Guilherme; BIGARELLA, Íris K; BIGARELLA, João José. Nota prévia sobre a jazida paleo-etnográfica de Itacoara – Joinville, Santa Catarina. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.3, n.4, 1951.

TIBURTIUS, Guilherme; BIGARELLA, Íris K; BIGARELLA, João José. Nota prévia sobre a jazida paleo-etnográfica de Itacoara – Joinville, Santa Catarina. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, v 5-6. 1950/51.

⁵ PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora UNB, 1992.

⁶ SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I.; DE MASI, M. ROGGE, J. H.; JACOBUS, A. L. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J.: O sítio arqueológico da Praia das Laranjeiras II: uma aldeia da Tradição Ceramista Itararé. **Pesquisas**, Antropologia, n°. 49, 1993.

⁷ FOSSARI, Teresa Domitila. **A População Pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis**, 2004, 329 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de pós-graduação em Geografia.

⁸ ROHR, João Alfredo. **O sítio Arqueológico do Pântano do Sul SC – F – 10**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1977.

sobre areia da praia, sendo formada por húmus escuro, de mistura com areia, carvão vegetal, ossadas de peixes, aves e mamíferos e conchas esparsas.⁹

Por sua vez, o Rio do Meio é o único sítio raso, até o momento na Ilha de Santa Catarina, em que não foi evidenciado nenhum sepultamento humano. Como discutido por Fossari¹⁰, este sítio parece se caracterizar por um assentamento de ocupação específica, “uma estação pesqueira” e não um local de habitação onde também seriam encontrados os sepultamentos.

Porém, não é objetivo deste trabalho discutir as diferentes nomenclaturas aplicadas a esta tipologia de sítio arqueológico, mesmo porque uma das maiores problemáticas relacionadas a estes assentamentos litorâneos é a sua diversidade de terminologias e a controversa origem destas ocupações¹¹. Apenas gostaria de chamar a atenção que assentamentos como o Rio do Meio apresentam, como uma de suas características morfológicas, um volume muito menor de conchas em suas camadas arqueológicas do que sítios denominados sambaquis.

Na época a então arqueóloga responsável pela pesquisa optou como metodologia de trabalho escavar o sítio arqueológico Rio do Meio a partir de camadas naturais¹², implementando um quadriculamento em duas áreas de escavação, perfazendo um total de 260 quadrículas escavadas com uma profundidade que variava de 60 cm à 90 cm. O material coletado, peneirado no sítio em malhas de 1mm ou 2 mm, foi levado em sua totalidade para o laboratório de arqueologia situado no MU/UFSC, sendo parcialmente processado e, posteriormente encaminhado a reserva técnica e outros espaços da instituição. Além disso, uma amostra de sedimento de cada nível e de cada quadrícula foi coletado; e quando não foi possível escavar uma quadrícula, devido aos imperativos de tempo ligado a um trabalho de salvamento, seu conteúdo foi levado integralmente para o museu afim de passar por um processo

⁹ Ibidem.

¹⁰ FOSSARI, Teresa Domitila. Op. Cit.

¹¹ SCHMITZ, P. I.; DE MASI, M. A.; VERARDI, I.; LAVINA, R.; JACOBUS, A. L., 1992. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J.: O sítio arqueológico da Armação do Sul. **Pesquisas**, Antropologia, n.º 48.

¹² Escavação por estratigrafia natural é a decapagem conforme a deposição cultural dos vestígios.

de flotação e triagem em laboratório¹³ e, como será apresentado a seguir, este trabalho nunca foi realizado por aquela equipe.

Uma crítica importante e pertinente é a de Morais¹⁴ em artigo publicado na Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP em 1995, mesma década em que ocorreram as escavações do sítio Rio do Meio, considerava esta uma modalidade carente de sistemática metodológica consolidada. O autor ainda ressaltava que, há algumas décadas, ela era implementada de muitas maneiras e, por isso, bastante suscetível a lacunas e críticas das mais variadas, em sua grande maioria pertinentes. Com relação ao aspecto quantitativo, o mesmo resalta que prevaleceu a ideia de que quanto mais materiais arqueológicos fossem coletados e quanto mais sítios fossem descobertos, melhor seria o resultado da pesquisa. Sua crítica é bastante relevante, pois na gana de buscar quantidade,

materiais arqueológicos são coletados sem nenhuma contextualização vertical ou horizontal ou, pior, estruturas arqueológicas conexas (como os solos antropogênicos de habitações) são consideradas individualmente, cada qual como um sítio arqueológico (sítio-“habitação”). Mormente isso leva à aquisição de dados inconsistentes, mesmo falsos, comprometendo a interpretação do design da ocupação humana¹⁵.

A citação do artigo acima se faz importante devido ao fato de ser uma crítica a falta de metodologia da Arqueologia de Salvamento/Contrato na época. Por ter sido publicado na década em que foram realizadas as escavações no sítio Rio do Meio. É possível perceber que este era um tema bastante pertinente debatido entre a comunidade de arqueólogos. Outro detalhe que é importante ressaltar consiste à crítica à coleta desenfreada de material arqueológico, ao que parece, sem critério algum. Este ponto será apresentado e discutido no terceiro capítulo desta pesquisa, onde consta o estudo de caso do Sítio Rio do Meio nas dependências do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARQUE/UFSC).

¹³ FOSSARI, Teresa Domitila. **O Salvamento do Sítio Rio do Meio**: Projeto Gerenciamento dos Sítios Arqueológicos do Empreendimento Jurerê Internacional. Florianópolis, julho de 1998. p. 17.

¹⁴ MORAIS, J.L. **Salvamento arqueológico na área de influência da PCH Moji-Guaçu**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, S. Paulo, 1995. p.79.

¹⁵ Ibidem.

O sítio Rio do Meio foi escavado seguindo um método de campo, porém, não houve uma reflexão maior sobre a política de coleta e uma enorme quantidade de material foi levada para o museu. A preocupação em coletar material era tão grande que até mesmo parte do lixo moderno, encontrado na superfície do sítio, foi transportado para laboratório e acondicionado em reserva técnica. Estes detalhes tornam-se importantes para que se tenha uma noção geral da quantidade de material encaminhado ao museu e que, por sua vez, ainda gera diversos problemas, diagnosticáveis até o momento, como: reservas técnicas abarrotadas de materiais que já deveriam ter sido descartados, mesmo em campo, tornando estes espaços locais de depósito de acervo malconservado e documentado, dentre outras inúmeras problemáticas.

Por outro lado, durante esse trabalho de campo os pesquisadores tiveram a preocupação de registrar um máximo de informações, o que oferece hoje uma grande diversidade de fontes primárias como croquis, fotos, mapas, atualmente digitalizados sendo possível sua consulta sem manuseio de seus originais.

Os vestígios trazidos para o laboratório são os mais diversos possíveis, em sua maior parte trata-se de material orgânico tais como cochas; carvão e material queimado; dentes e vertebbras de peixes ósseos e cartilagosos; ossos de mamíferos e aves; otólitos, restos de crustáceos, entre outros.

Desde a época da escavação o material coletado não havia sido processado nem sequer triado, encontrando-se nas mesmas embalagens plásticas em que foram recolhidas na década de 1990, ou seja, em situação inapropriada de acondicionamento, correspondendo a uma grande quantidade e diversidade de material arqueológico herdado pela Instituição. Nesta perspectiva, considero como acervo herdado aqueles materiais reunidos em pesquisas arqueológicas e que, no entanto, não foram processados adequadamente, estando da mesma forma em que foram trazidos de campo, e cujo arqueólogo responsável pela escavação não se encontra mais na instituição para finalizar o processo.

Inicialmente o que foi coletado foi trazido para futuro processamento de material no laboratório de Arqueologia do MU, porém a maior parte do que foi coletado em campo até hoje permanece acondicionado da mesma forma que foi feita em campo. Devido à falta de espaço na sede principal do museu, durante anos, o acervo do Rio do Meio ficou acondicionado em uma edificação pertencente ao mesmo, uma casa que fica 50 metros do museu e que funcionava como uma espécie de reserva técnica, onde permaneceu até 2014, porém sem as devidas condições de um espaço que se denominava como tal.

Desde 2015 os vestígios, artefatos e sedimentos coletados durante a escavação do sítio Rio do Meio estão armazenados uma parte em reserva técnica do MARquE (apenas o material flotado, triado e analisado) e outra parte (amostras não triadas, incluindo grande quantidade de acervo malacológico) em edificação anexa pertencente ao Museu (uma réplica de Engenho de Farinha).

Durante os trabalhos de escavação do Rio do Meio, houve a preocupação em realizar o salvamento do sítio arqueológico em sua totalidade do impacto que este sofreria. Porém, tal preocupação torna-se problemática, uma vez que boa parte do material continua acondicionado tal qual como chegou de campo, há vinte anos atrás. Até que ponto resgatar sem processar, é realizar um salvamento arqueológico?

Com base nestas informações, este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre o acervo do sítio arqueológico Rio do Meio, escavado entre os anos de 1997 e 1998 e que desde então encontra-se armazenado nas reservas técnicas e em outros espaços pertencentes ao Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (MARquE/UFSC).

Para tanto, a pesquisa está dividida em três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, apresento uma breve explanação e noção sobre o que é Arqueologia e o que constitui o trabalho do arqueólogo. Passando por um tópico sobre a criação e o que é o IPHAN, órgão importante para a Arqueologia no Brasil, pois infelizmente esta, ainda não é uma profissão regulamentada e cabe ao IPHAN o papel de órgão fiscalizador. Outro ponto importante a ser destacado neste capítulo é a apresentação das legislações vigentes referente a Arqueologia na época da escavação do sítio Rio do Meio e por fim uma breve explicação sobre Arqueologia de Salvamento/Contrato, já que a escavação do sítio Rio do Meio, foi produto de um salvamento arqueológico ocorrido em meados da década de 1990.

No segundo capítulo faço uma breve explanação sobre o surgimento dos museus, logo após abordo com enfoque maior nas origens e história dos museus universitários, na história do MARquE e, para finalizar, apresento o conceito de Musealização da Arqueologia. Não tenho a intenção nesta pesquisa de traçar um histórico minucioso sobre a história dos museus e dos museus que tem atuado no campo da Arqueologia, pois demandaria à abordagem de características de um cenário de escala mundial, o que não compete a este Trabalho de

Conclusão de Curso, assim sendo privilegiei alguns pontos importantes na área museológica para desdobrá-los.

O terceiro e último capítulo é dedicado para o estudo de caso de fato, onde apresento o método de escavação e política de coleta do sítio Rio do Meio, de que forma e onde encontra-se acondicionado e o que tem sido feito atualmente pelo acervo, por fim uma discussão bibliográfica, que não tem como objetivo desqualificar o trabalho que foi realizado, nem a instituição onde o mesmo encontra-se armazenado, mas sim chamar a atenção para o distanciamento que ocorreu entre o pesquisador, na época, com a instituição de guarda na época. Além disso, chamamos a atenção para a divulgação das pesquisas para o grande público, pois muitas destas publicações encontram-se ainda em periódicos, revistas especializadas e livros direcionados à academia sem que haja preocupação em informar o público leigo.

Por fim, as considerações finais finalizo baseada nas discussões apresentadas nos capítulos anteriores, sobre o estudo de caso do Rio do Meio que apesar de atualmente termos mais órgãos, leis e portarias que nos assegurem que casos como este não se repita, lamentavelmente o que foi feito está feito e não há como voltar atrás. Desta forma, concluo sobre a importância de um trabalho planejado e bem executado durante as etapas de campo e laboratório, culminando em documentação, acondicionamento e armazenamento adequado dos materiais arqueológicos. Portanto, artefatos arqueológicos precisam ser preservados através de medidas de conservação que devem ser iniciadas em campo, posteriormente em laboratório e, finalmente, mantidas em reservas técnicas de museus. Caso contrário, o melhor que pode e deve ser feito é mantê-los enterrados no ambiente “estável” em que se encontravam, ao invés de armazenados de forma precária e inapropriada por meses, e mesmo anos, aguardando tratamento adequado. A ação do tempo, inevitavelmente, modifica de algum modo a materialidade do objeto, mas os danos eventualmente produzidos por uma intervenção incorreta durante o processo de coleta podem ser piores.

A partir do estudo de caso do Rio do Meio foi possível perceber o quanto o trabalho do arqueólogo e do museólogo está intimamente ligado. Não há dúvidas de que quando o pesquisador da Arqueologia sai para campo, independente se for para dar início a uma nova pesquisa, se é um trabalho de salvamento ou até Arqueologia de Contrato, é indiscutível que ações de conservação devem tomadas em campo, juntamente com a produção da documentação e a forma como estes vestígios chegarão e serão divulgados para o grande público devem também consideradas pelo arqueólogo.

Este estudo de caso se faz importante para perceber como muitas vezes o museu é visto apenas como local de depósito, não apenas para o grande público, mas também para pesquisadores. Muitas pesquisas foram realizadas apenas para comprovarem ou derrubarem teorias, ocasionando o abarrotamento de reservas técnicas com os vestígios coletados. A ideia de escavar e retirar do local onde está enterrado o vestígio/artefato para preservar, nem sempre esteve associada a que condições estes objetos seriam acondicionados e expostos para o grande público. Diante destas observações, da recentes discussões em espaços acadêmicos, ações de criação de Grupos de Trabalho (GTs) em importantes eventos no que diz respeito ao tema, além das recentes publicações de Portarias e criações de órgãos pelo IPHAN para normatizar e evitar que casos como este se repita, a presente pesquisa contribui neste aspecto, levantando questões para expor e enriquecer este debate, principalmente no que diz respeito a conservação dos artefatos arqueológicos, e sobre a relação entre Museologia e Arqueologia.

Capítulo I

1. Arqueologia

A arqueologia fascina muitas pessoas por diferentes razões. Para a maioria das pessoas o imaginário é permeado por ideias de que a vida do arqueólogo é repleta de viagens, de aventuras e locais exóticos, juntamente com o pensamento de que os mesmos realizam descobertas de raríssimas civilizações “perdidas”. Isso se deve ao fato de que a imagem que o público tem é atrelada, sobretudo, a relatos de descobertas espetaculares publicados em jornais e livros.¹⁶

Outra imagem que faz parte do imaginário popular sobre o arqueólogo é de um pesquisador que passa a vida escavando e estudando poucos vestígios pertencentes a uma “obscura civilização”. Essa imagem distorcida é nutrida por filmes populares, novelas e animações. Entretanto, nem todos os arqueólogos passam suas vidas tentando encontrar grandes tumbas, nem todos são pesquisadores entrincheirados na busca de minúcias do passado.¹⁷

Como minha proposta nesta pesquisa é abordar sobre Arqueologia, Museologia, falar da relação destes dois campos e apresentar o estudo de caso do acervo arqueológico Rio do Meio armazenado no Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARQUE), considero importante esclarecer qual é o objeto de estudo e o trabalho do arqueólogo, para assim, partirmos para questões mais específicas referente à proposta desta pesquisa.

Arqueologia consiste em um campo de investigação ou disciplina que tem amadurecido nos últimos cem anos— desde o tempo dos amadores ao de uma profissão em crescente ascensão com bases científicas. A Arqueologia se interessa pelo conhecimento global da experiência humana no passado: como as pessoas se organizavam em grupos sociais e como exploravam o entorno; o que comiam, faziam e acreditavam; como se comunicavam e porque modificaram suas sociedades¹⁸. É o estudo do passado cultural e social através de vestígios

¹⁶ SHARER, Robert J. ASHMORE, Wendy. **Fundamentals of Archaeology**. The Benjamin/Cummings Publishing Company, California, 1979. Cap I Tradução: Dione Rocha Bandeira. p.1.

¹⁷ *Ibidem*, pág.3.

¹⁸ RENFREW, Colin. BAHN, Paul. **Arqueología: Teoría, Métodos y Práctica**. Madrid: Tres Cantos. 1998. pág.18.

materiais – um estudo que busca ordenar e descrever os eventos do passado e explicar o significado desses eventos¹⁹.

Como explicam Sharer e Ashmore, num sentido mais amplo, a definição de Arqueologia incorpora o objeto material – o estudo do passado – e as técnicas e formas desenvolvidas são utilizadas para descrever e explicar este passado. Assim, os arqueólogos têm concebido metodologias e técnicas as quais permitem descobrir, recuperar, preservar, descrever e analisar os vestígios do passado.²⁰

Para desenvolver as atividades citadas acima, os arqueólogos não somente criaram suas próprias teorias e métodos especializados, mas também têm se beneficiado das mais diferentes contribuições de outros campos, tais como da Antropologia, História, Geografia, Biologia, Astronomia, Física, Geologia, Museologia, Conservação e Restauro, Tecnologia Computacional, e outras áreas. Esses campos auxiliam não apenas para a interpretação de uma dada pesquisa, mas também para o refinamento dos métodos arqueológicos e para o desenvolvimento de teorias arqueológicas que embasam a interpretação dos vestígios do passado.²¹

Os vestígios da atividade humana do passado rodeiam-nos por todas as partes, porém os que possuem grandes dimensões frequentemente são os mais evidentes, como construções e paisagens alteradas. Algumas construções foram feitas para perdurar por anos, como as Pirâmides no Egito, A Grande Muralha da China ou os Templos Incas. Já outros vestígios, cuja a finalidade principal não era impressionar o observador, mas ser funcional, como o sistema de irrigação Maia no México e em Belize, ainda hoje impõem respeito e impressionam pela magnitude²².

Todavia, em sua maioria, os vestígios arqueológicos são muito mais modestos por se tratarem de remanescentes procedentes das atividades diárias da existência humana, tais como, restos de comida, fragmentos de cerâmica, ferramentas líticas fragmentadas, vestígios formados onde quer que o homem tenha desenvolvido suas atividades cotidianas.²³

As evidências sobre passado humano dependem das atividades e práticas desempenhadas por homens e mulheres no tempo (práticas de

¹⁹ SHARER, Robert J.; ASHMORE, Wendy, Op. cit, p.3.

²⁰ Ibidem, p.4.

²¹ Ibidem.

²² RENFREW, Colin. BAHN, Paul. Op. Cit. p. 43.

²³ Ibidem.

construção de habitações, descarte de objetos, abandono de bases residenciais). Entretanto, o arqueólogo deve se atentar estudar dado contexto arqueológico, pois processos pós-deposicionais – naturais ou culturais - também influenciam na formação e estado do registro arqueológico e podem determinar o que permanece e modifica-se e o que desaparece para sempre.

Com o que foi apresentado até aqui é possível ter uma breve explanação e noção sobre o que é Arqueologia e o que constitui o trabalho do arqueólogo. A intenção aqui é valer-se desta concisa explicação para desconstruir o imaginário popular sobre a figura do pesquisador e sobre os vestígios arqueológicos que sobrevivem aos mais diversos climas e as mais diversas intervenções e perturbações pós-deposicionais e também que a Arqueologia não é constituída apenas pela monumentalidade, mas também pelos mais diferentes vestígios, muitas vezes mais modestos, porém tão importantes como os demais.

O sítio arqueológico Rio do Meio, objeto deste trabalho, foi escavado em caráter de salvamento entre os anos de 1997 e 1998 pela equipe do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MU/UFSC), atual MARquE/UFSC. A pesquisa, coordenada pela então arqueóloga do museu, visava mitigar os danos causados ao sítio por conta de um empreendimento imobiliário. Nesta época a Arqueologia por Contrato dava seus primeiros passos e, desta forma, a metodologia de pesquisa e coleta ainda não estava sistematizada, optando, a responsável pela escavação, em retirar o maior número de evidências possíveis, incluindo, nestas coletas uma grande quantidade de material malacológico. É neste contexto que o acervo arqueológico do sítio Rio do Meio foi formado e apesar da não monumentalidade deste sítio, a coleta não sistematizada do material malacológico gerou uma “monumentalidade” desta tipologia de acervo nos locais de guarda do MARquE.

1.2 IPHAN, Legislações e Arqueologia de Salvamento na década de 1990

No Brasil, infelizmente a Arqueologia ainda não é uma profissão regulamentada, o que acarreta inúmeras distorções quanto a contratação de profissionais para executar atividades de Arqueologia. Como não existe um Conselho que ratifique seus métodos e puna seus erros, cabe ao órgão fiscalizador, no caso o IPHAN, o papel de árbitro dessa questão. Ele concede ou não portarias e permissões a este ou aquele profissional autorizando-o a realizar a pesquisa arqueológica.

Para isto, vem ao longo do tempo criando leis e portarias que balizem o desenvolvimento de projetos, aos quais devem ser rigorosamente seguidas.

1.2.1 O que é o IPHAN?

No Brasil, o processo/projeto de preservação do patrimônio histórico nacional teve início em 1936 com a criação do SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e obteve força de lei juntamente com o Decreto-Lei nº 24 de 30 de novembro de 1937 que tinha por finalidade “organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”.²⁴

O projeto para a criação do antigo SPHAN foi baseado nas ideias do anteprojeto criado por Mário de Andrade que criava o SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Este projeto tinha como objetivo “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional”. Andrade acreditava que com este projeto seria possível encontrar as origens da brasilidade, achava possível abraçar os brasileiros. O projeto foi solicitado no ano de 1936, pelo então Ministro da Educação e Saúde (MES), Gustavo Capanema, porém até a assinatura do projeto, em 1937, este sofreu algumas alterações. O termo “histórico” foi acrescentado como exigência de Capanema e a definição de patrimônio histórico e artístico passou a ser:²⁵

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.²⁶

Com esta definição, o patrimônio arqueológico passou a ser notável a nível federal. Contudo, esta lei estava restrita apenas a proteção de bens que já eram reconhecidos e tombados pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme

²⁴ OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil**. Cadernos do CEOM – Ano 21, n.29 – Bens Culturais e Ambientais. p. 23.

²⁵ Idem.

²⁶ Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

mencionado no § 1o do art. 1o: “os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o artigo 4o desta lei”. Mas apenas em 1961 que foi criada uma lei de proteção específica para os ‘sítios, jazidas e inscrições rupestres’, como conceituados na Lei nº. 3.924, de 1961, conhecida como Lei de Arqueologia.²⁷

Em mais de setenta anos de atuação, o IPHAN passou pelas mais diversas reorganizações administrativas, refletidas em seu nome. A Lei 378, de 13/01/1937, criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e o Decreto-Lei 25, de 30/11/1937, organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Em 1946, o SPHAN passou a ser denominado Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970, tornou-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como órgão autônomo da estrutura administrativa. Posteriormente, foi estruturado como Secretaria vinculada à Fundação Pró-Memória, retomando o antigo nome de Instituto na década de 1990.²⁸

Atualmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) está vinculado ao Ministério da Cultura e atua através de 27 superintendências em todo o território nacional, sendo responsável pela proteção dos sítios arqueológicos.²⁹ Entre as principais atividades do Instituto estão:

o desenvolvimento de ações de acatamento (tombamento e proposição de medidas diversas para a proteção e valorização do patrimônio arqueológico), a autorização e a permissão para realização, acompanhamento e fiscalização de pesquisas arqueológicas; e a implementação de diversas ações de socialização do patrimônio arqueológico. O instrumento central para orientação dessas ações é o Plano Diretor Estratégico, que deve estabelecer a política nacional para o patrimônio arqueológico quanto à identificação, pesquisa, proteção, promoção e socialização, incluindo um modelo institucional de gestão e um programa de

²⁷ SIMÃO, Lucieni de Menezes. **Elos do patrimônio:** Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 421-435, set. - dez. 2009. p. 422.

²⁸ Idem.

²⁹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20.06.2017.

tombamento de bens de natureza arqueológica, dentre outras ações.³⁰

1.2.2 Legislações e Arqueologia de Salvamento na década de 1990

Como já dito anteriormente, o patrimônio arqueológico é caracterizado como patrimônio da União. Destruir este patrimônio se caracteriza como crime, para tanto existem leis que protegem este patrimônio e que orientam como as pesquisas devem ser realizadas. Na figura 1, retirada do site Arqueologia e Pré-História,³¹ é explicitado muito bem como funciona a hierarquia dos dispositivos legais que balizam pesquisas em sítios arqueológicos.

Figura 2: Hierarquia dos documentos legais

Hierarquia dos Documentos Legais



Em teoria, quanto mais no topo da pirâmide, maior é poder do documento em relação aos que estão abaixo dele. Além dos documentos

³⁰ Idem.

³¹ Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com/legislacao-brasileira-relacionada-a-arqueologia/>. Acesso em: 04.07.2017.

citados acima, existem ainda a nível estadual e municipal dispositivos legais que especificam normas regionais/locais.

Os bens de natureza material de valor arqueológico são reconhecidos como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, por sua vez, a Constituição Federal de 1988, traz como bem da União, disposto em art. 20, X: “as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos [...]”, e ainda, dispõe ainda em seu art. 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.³²

Sítios Arqueológicos são definidos e protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados bens patrimoniais da União. São considerados também sítios arqueológicos os locais onde é possível encontrar vestígios positivos de ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos”, as grutas, lapas e abrigos sob rocha, além das inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana.³³

A política de preservação dos monumentos arqueológicos brasileiros, sancionada pela Lei nº. 3.924, de 1961, teve como base do projeto de lei, os Sambaquis. O debate acerca da preservação acerca desses monumentos arqueológicos já estava acontecendo na área da Antropologia Física e Biológica. Para um número crescente de pesquisadores, mediados pela agência estatizada de preservação, era preciso criar uma legislação específica para a proteção das jazidas arqueológicas, incluindo a regulamentação das escavações.³⁴

O contexto de produção da lei era acompanhado de discussões científicas com relação ao valor cultural dos sítios arqueológicos contra

³² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em Acesso em: 20.06 2017.

³³ Idem.

³⁴ SIMÃO, Lucieni de Menezes, op. cit., p.430.

empresas que os exploravam economicamente estes sítios. Segundo Simão, estes debates ultrapassaram os muros das universidades e dos centros de pesquisa, e isto pode ser percebido pelo Decreto-lei nº. 4.146, de 4 de março de 1942, o qual dispõe que os depósitos fossilíferos são de propriedade da nação. O anteprojeto de lei, encaminhado pelo Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, dispõe sobre a proteção de monumentos arqueológicos e pré-históricos, tendo recebido o apoio do diretor da Agência do Patrimônio, do diretor do Museu Nacional e do presidente da Comissão de Pré-história de São Paulo. A Comissão chegou às seguintes conclusões:³⁵

(...) de que a legislação federal existente sobre o assunto e para as quais [sic] se tem tentado inutilmente apelar (Decretos-leis nº. 25, de 30/11/37 e 4.146, de 4/3/42, o primeiro dispondo sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o segundo sobre a proteção dos depósitos fossilíferos), não podem, de forma alguma, satisfazer aos reclames de uma ação ampla, coordenada e eficaz e que deve versar, simultaneamente, sobre os termos capitais do problema: a proteção das jazidas e a regulamentação das escavações arqueológicas e pré-históricas.³⁶

A preocupação em proteger estes sítios pode ser notada já no ano de 1947, quando foi encaminhado um projeto de lei ao Congresso Nacional, onde Aureliano Leite era o relator, o qual reconhece o elevado valor científico dos sambaquis, onde teceu comparações com os “*kjoekken-moedding* da Dinamarca ou aos *ktchenmiddens* dos EUA (...)”. Segundo o relator, “há muito se discute no Brasil o valor científico dos seus sambaquis.³⁷ Naturalistas, arqueólogos e historiadores, alguns –

³⁵ Idem.

³⁶ Idem

³⁷ Sambaquis (palavra de origem Tupi que significa, literalmente, “monte de conchas”) são sítios arqueológicos monticulares que se encontram distribuídos por toda a costa brasileira. Estes sítios apresentam variabilidade de tamanho e, especialmente no litoral sul e norte de Santa Catarina, podem atingir grandes dimensões, alcançando até 70 metros de altura e 500 metros de comprimento. São caracterizados por serem amontoados de conchas, composto por diferentes camadas arqueológicas de tipos de diferentes de restos faunísticos, lítico, remanescentes ósseos humanos, madeira, etc. (DE BLASIS et al, 2007).

simples cronistas, outros vêm deles se ocupando, tentando penetrar mais as suas origens, envolvidas ainda em certo mistério”.³⁸

Ou seja, a lei federal de 1961, deu ao DPHAN, atual IPHAN, a responsabilidade de cuidar do cadastramento dos sítios, da concessão de autorização para estudos e exploração científica, da proteção e ação legal decorrente quando de sua mutilação ou destruição.³⁹ Sendo assim, os sítios arqueológicos são considerados bens públicos por excelência, e não há qualquer indenização por seu reconhecimento, são considerados, Unidades de Conservação, e sua guarda, como já dito anteriormente é destinada à União.⁴⁰

Outra importante lei que estava e, todavia, continua em vigor na época da escavação do sítio Rio do Meio é a Lei nº 9.605/98 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. Dispõe também sobre os crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural, em sua Seção IV que determina:

Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena - reclusão, de um a três anos, e multa. Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa. Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. § 1o Se o ato for realizado em monumento ou coisa

³⁸ Diário do Congresso Nacional, 30 de dezembro de 1947. Relatório do senhor Aureliano Leite. Projeto nº. 685/47. Caixa 156. Folder: Legislação, Lei 3.924/61. Arquivo Noronha Santos/ IPHAN, Rio de Janeiro (RJ).

³⁹ SIMÃO, Lucieni de Menezes, op. cit., p.432.

⁴⁰ CACCIATORE, Luca.; CACCIATORE, Sandra Pereira. **Legislação aplicada aos crimes contra os sítios arqueológicos: (in)eficácia da prevenção e aplicação das penas.** Revista da Unifebe nº 14, 2014. p.185.

tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa.⁴¹

Consta na Constituição, no artigo 23, inciso III, a competência para legislar sobre direito ambiental, em especial, os sítios arqueológicos que dita: “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”. Vale destacar que esta competência legislativa é comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.⁴²

1.2.3 Arqueologia de Salvamento

A escavação do sítio Rio do Meio, foi produto de um salvamento arqueológico⁴³, projeto Gerenciamento dos Sítios Arqueológicos do Empreendimento Jurerê Internacional, previsto na Minuta de Acordo na Ação Pública de Responsabilidade que o Ministério Público Federal moveu a Habitusul Empreendimentos Imobiliários Ltda. (01/12/1992)⁴⁴, proposto como meio de mitigar os danos causados ao sítio.

O termo Arqueologia de Salvamento, geralmente é utilizado para sítios que serão destruídos por obras públicas e em licenciamentos ambientais de grandes proporções, desta forma é feito um resgate ou salvamento do sítio, ou seja, um trabalho por contrato.

Grande parte das pesquisas de Arqueologia no Brasil estão ligadas a Arqueologia de Contrato. Este termo surgiu em decorrência do aparecimento de um mercado de trabalho onde o serviço arqueológico determinado é realizado por uma remuneração negociada entre as partes envolvidas.⁴⁵

A Arqueologia por Contrato se difere da Arqueologia Acadêmica. Enquanto que na Arqueologia por Contrato, na maior parte dos casos, o sítio deve ser salvo em sua totalidade, porque será destruído por algum empreendimento, na Arqueologia Acadêmica o pesquisador

⁴¹ BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

⁴² Ibidem, p. 188.

⁴³ Este tema será melhor abordado no próximo tópico deste capítulo.

⁴⁴ FOSSARI, Teresa Domitila. Op. Cit. p. 3.

⁴⁵ CALDARELLI, Solange Bezerra.; SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos. **Arqueologia de contrato no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.44, p. 52-73, dezembro/fevereiro 1999-200. p. 53.

seleciona uma área a ser pesquisada e através da escavação certas hipóteses levantadas da investigação são respondidas. A Arqueologia por Contrato muitas vezes está atrelada “à avaliação ambiental de projetos desenvolvimentistas, sendo uma das grandes missões do arqueólogo envolvido nesses estudos contribuir, no presente, para que a construção do futuro não se faça à custa do passado”.⁴⁶

O projeto do Rio do Meio iniciado em 1997, tinha como primeira etapa a escavação do sítio, já que este encontrava-se em área de impacto direto do condomínio que se seria construído. Ademais, esta primeira etapa era urgente para que a empresa Habitasul conseguisse a licença ambiental para a construção. A primeira etapa ainda não foi concluída, bem como as etapas subsequentes não financiadas pelo empreendimento condenada judicialmente.

Com a Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), a qual foi regulamentada pelo Decreto 3.179/99, a Arqueologia de forma geral se fortaleceu, com significativos aumentos de trabalho para a Arqueologia por Contrato. A lei aqui citada impõe sanções penais e administrativas a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, sendo que, no capítulo 5, seção 4, trata especificamente dos crimes contra o patrimônio cultural. Já no art. 49 do Decreto 3.179, a destruição de bens especialmente protegidos por lei (caso dos sítios arqueológicos) está prevista multas que variam de R\$ 10.000,00 a R\$ 500.000,00, no caso de mera infração administrativa, a qual poderá cumular-se com pena aplicada ao infrator em juízo criminal, sem prejuízo de eventual condenação a reparar os danos causados, com base na Lei 6.938/81. Mesmo que possamos acompanhar o contínuo crescimento da Arqueologia por Contrato no Brasil, não podemos dizer que esta atingiu esferas-chave do Planejamento Territorial e Urbano, ao qual naturalmente deveria estar permanentemente atrelada, de modo que políticas e planos governamentais que envolvam o uso e a ocupação do solo tenham sempre presentes a valorização e preservação dos bens arqueológicos como uma das variáveis ambientais a serem levadas em consideração.⁴⁷

Como lembram Caldarelli e Santos em seu artigo, com a publicação da Resolução Conama 001/86⁴⁸, os estudos arqueológicos que estavam sendo executados nas mais diferentes regiões do país, tanto

⁴⁶ Ibidem, p.54.

⁴⁷ Ibidem, p. 56.

⁴⁸ Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

os de viabilidade, quanto os ditos de “salvamento arqueológico”, foram incluídos para compor os Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) dos diversos empreendimentos. Os seguintes foram, gradativamente, contratados com fins de diagnóstico e avaliação dos impactos que os empreendimentos causariam sobre o patrimônio arqueológico local e regional, contribuindo para a tomada pública de decisões sobre a conveniência ou não de sua implantação. Apenas após sua aprovação é que foram elaborados projetos de salvamento arqueológico, como parte das medidas mitigadoras dos impactos negativos dos empreendimentos sobre os bens arqueológicos. Esse momento é marcado pelo surgimento da figura do arqueólogo autônomo, sem necessariamente vínculo empregatício com instituições acadêmicas.⁴⁹

Atualmente, no que remete ao patrimônio arqueológico, os processos de licenciamento ambiental são regidos pela Instrução Normativa nº 001 de 25 de março de 2015 do IPHAN⁵⁰.

O desenvolvimento da Arqueologia por Contrato foi um momento transformador para o mercado de trabalho da Arqueologia, ainda que muitos tenham feito oposição no início e ainda o fazem, alguns dos pontos que devem ser levados em consideração é que esta alterou substancialmente a geografia de pesquisa arqueológica, passando a maioria dos estudos a ocorrer em áreas anteriormente não abrangidas pela Arqueologia tradicional, realizada por museus e universidades.⁵¹ Os interesses, resultados e reflexos em termos culturais e sociais da prática da Arqueologia relacionada aos licenciamento ambientais tem sido objeto de intenso debate desde o final da década de 1980. Recentemente, a Sociedade de Arqueologia Brasileira publicou um volume especial do seu periódico – Revista de Arqueologia – dedicada a problematização do desenvolvimento destas atividades no Brasil e no mundo.⁵²

⁴⁹ CALDARELLI, Solange Bezerra.; SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos. Op. cit. p. 57.

⁵⁰ BRASIL. Instrução Normativa n.º 001, 25 mar. 2015. Diário Oficial da União, 25 mar. 2015.

⁵¹ CALDARELLI, Solange Bezerra.; SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos. Op. cit., p. 58.

⁵² Sociedade de Arqueologia Brasileira. Arqueologia: de contrato, empresarial, de desenvolvimento, preventiva, de salvamento e comercial. Revista de Arqueologia, vol.28, nº2,2015.

Capítulo II

2. Museologia

O material coletado na escavação do sítio do foi trazido para o Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, hoje com o nome de Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE). Não há como realizar este estudo de caso sem abordar nesta pesquisa temas tocantes a Museologia. Neste capítulo apresento uma breve explanação sobre o nascimento dos museus, logo após dou enfoque maior nas origens e história dos museus universitários, na história do MARquE e, finalizo, com o conceito de Musealização da Arqueologia.

Não tenho a intenção nesta pesquisa de traçar um histórico minucioso sobre a história dos museus e dos museus que tem atuado no campo da Arqueologia, pois demandaria à abordagem de características de um cenário de escala mundial, o que não compete à um Trabalho de Conclusão de Curso, assim sendo privilegiei alguns pontos importantes na área museológica para desdobrá-los.

2.1. Museu e sua origem

Os museus são as mais antigas e reconhecidas instituições relativos ao campo da cultura e do patrimônio cultural. O mito de origem do museu se remete a Grécia Antiga, o *mouseion*, ou o “templo das musas” nesse local haviam nove musas, filhas de Zeus e Mnemósine (memória) que ali viviam e eram reverenciadas. As nove musas foram encarregadas de cantar a vitória e os grandes feitos dos deuses, sobre as suas divindades e belezas. Eram as preservadoras da memória.

Na metade do século XVII, o conceito de museu mudou. O precursor dos museus na sociedade moderna são os gabinetes de curiosidade, que guardavam coleções antigas e históricas, muitas vezes ligado ao que era estranho, exótico e bizarro ao cotidiano dos colecionadores. O ato de colecionar conferia prestígio e reconhecimento social ao colecionador. Com a valorização da arte antiga, a expansão das grandes navegações e o “descobrimento” do novo mundo que o interesse por colecionar foi despertado, aqui podemos ver o surgimento

de novos profissionais, os antiqüários e a abertura de novos espaços: os museus.⁵³

Em meados do século XVIII teve início a criação dos primeiros museus modernos, estes possuíam, neste contexto, um caráter exclusivamente comemorativo, sendo que o Louvre (1773) e Museu do Prado (1783), como aponta Schwarcz, são apenas alguns exemplos do início dessa “era dos museus públicos e nacionais”.⁵⁴ Estas instituições passaram a guardar coleções e seguiram essa lógica de depósito de coleções privadas. O objetivo principal destes primeiros museus era o de conservar as obras e expor objeto à admiração pública do que pensadas enquanto espaço para o ensino e pesquisas científicas. Como afirma Oliveira, os gabinetes de curiosidades deram início as coleções, que deram origem aos primeiros museus.⁵⁵

2.2 Origens do museu universitário e museus etnográficos

O acervo que apresentado como estudo de caso no próximo capítulo está salvaguardado no MARQUE/UFSC que por sua vez trata-se de um Museu Universitário. Por essa razão, apresento neste tópico um breve histórico do nascimento destas instituições na Europa e no Brasil.

A ligação entre museus e universidades tem sua gênese na biblioteca de Alexandria, instituída cerca de 280 a.C., na qual é possível identificar tanto características de museu como de universidade, as origens da palavra museu se remontam a *mouseion* de Alexandria.⁵⁶

O *mouseion* de Alexandria contava com biblioteca, jardim botânico e zoológico, observatório astronômico e laboratório anatômico, tudo a disposição dos pensadores. Era então no museu que matemáticos, astrônomos, geógrafos, filósofos e poetas se reuniam. Historicamente, as diversas funções do *mouseion* foram divididas em diferentes instituições: A universidade era responsável pelo ensino superior, as

⁵³ ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e coleções universitários:** Porque Museus de Arte na Universidade de São Paulo. 2001. 311 p. Tese. Universidade de São Paulo Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2001. p.11.

⁵⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 88.

⁵⁵ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Op.Cit.p.141.

⁵⁶ ALMEIDA, Adriana Mortara. Op.Cit. p. 12.

bibliotecas pela guarda das fontes escritas e o museu pela preservação dos objetos.⁵⁷

Na Idade Média, no século XII, na Europa, inspirados em grupos religiosos de ensino superior, foram formados grupos que reuniam estudiosos de diferentes origens denominados *studia generalia*. Esta organização funcionava como uma sociedade privada de busca de conhecimento de diferentes áreas. No século XIII estes grupos foram sendo estruturados e recebendo inicialmente das autoridades um reconhecimento informal e logo após, no século XIV, reconhecimento formal das autoridades eclesiásticas e civis, onde passaram a ser reconhecidos como *universidade*. Não havia local fixo para que fossem realizados estes encontros e as práticas entre a comunidade que frequentava e os professores, só posteriormente que viriam a ter espaços fixos que seriam denominados *campus universitário*. A criação de local fixo para desenvolver as atividades é a condição para a salvaguarda de coleções e a criação para o que viria ser posteriormente, museu universitário.⁵⁸

Porém, a primeira referência à criação de um museu universitário remete ao século XVII, por meio de doação de coleções feita por Elias Ashmole à Universidade de Oxford. O ano de 1683 é tido como um marco do início dos museus aberto ao público, o prédio contava com uma sala de palestras e um laboratório para demonstrações. Nesta mesma instituição foi criada também uma cadeira de História Natural e Química, que o ministrante, no caso, seria responsável pela coleção. As coleções de Arqueologia, Geologia, Botânica e Zoologia, eram utilizadas durante o ensino e também faziam parte da exposição para o público em geral. Logo após a criação do *Ashmolean Museum* da Universidade de Oxford, outros museus universitários foram criados a partir de doações de na Grã-Bretanha. Como lembra Almeida, são os casos do museu *Sedgwick* da Universidade de Cambridge, em 1727, o *Hunterian* da Universidade de Glasgow, em 1783 e o *Manchester Museum* aberto ao público em 1888. A coleção destes museus, continham, objetos de vários tipos - obras de arte, animais taxidermizados, herbários, artefatos de civilizações da antiguidade (grega, romana e oriental), livros, entre outros. As coleções eram reflexo

⁵⁷ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Museus, Exposições e Centros culturais. In: **Cultura é Patrimônio**. FGV Editora, 2008. p.140. 191 páginas.

⁵⁸ ALMEIDA, Adriana Mortara. Op. Cit. p. 12.

dos gostos de seus proprietários, o que não significa que eram de interesse para o ensino e pesquisa em museus universitários.⁵⁹

Deve ser levado em consideração que a abertura de museus em universidades indicou anúncio de duas características importantes a serem levadas em consideração e decisivas para a história destas instituições: o museu como lugar público e o museu como lugar de aprendizagem.

Outra forma que coleções de museus universitários foram formadas foi através da coleta e/ou compra para que fossem utilizadas para ensino das ciências naturais. O século XIX, foi marcado pelo ensino das ciências naturais através da descrição e classificação de *espécimens* de animais, vegetais e minerais (taxonomia). Desta forma, as universidades viam-se na obrigação de adquirir e/ou coletar coleções para complementar o ensino. Para além da exposição dessas *espécimens*, se fazia necessário possibilidade de manipulação deste acervo. Áreas como a Geologia, Paleontologia, Etnografia e Arqueologia, onde a pesquisa de campo produz inúmeras coleções que foram e são a base dos acervos de grande maioria dos museus universitários. Essas coleções, além de fazerem parte do acervo de museus e exposições eram também utilizadas em laboratórios para o ensino, o que permitia aos alunos contato direto com exemplares de minerais, vestígios animais e de cultura material.⁶⁰

Porém é a partir do XIX que são criados os museus etnográficos, instituições dedicadas à coleção, preservação, exibição estudo e interpretação de objetos materiais. A descoberta do Novo Mundo e do oriente despertou grande curiosidade e encontrava amparo nessas instituições que se firmavam como espaços instituições para a Antropologia que estava nascendo. O auge da maturidade destes museus aconteceu em 1890, quando são estabelecidos normas, padrões de funcionamento e são redefinidas perspectivas de promoção de empregos. Como lembra Schwarcz, aos poucos os museus etnológicos são transformados em locais de depósito ordenados de uma cultura material fetichizada e submetida à uma lógica evolutiva.⁶¹

No Brasil a criação de Museus Antropológicos e Etnográficos não necessariamente esteve ligada a Universidade, como vimos no caso da Europa. Instituições como o Museu Nacional (1818) e o Museu

⁵⁹ ALMEIDA, A.M. **Os públicos de museus universitários**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 205-217, 2002. p. 206.

⁶⁰ Idem, p. 208.

⁶¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit. p. 89.

Paulista (1895) foram posteriormente incorporados a Universidades. O primeiro pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1946 e o segundo pela Universidade de São Paulo (USP) em 1963.

É denominado “museu universitário” todo museu e/ou coleção que esteja sob responsabilidade total ou parcial de uma instituição de ensino superior e/ou universidade, incluindo a salvaguarda do acervo, os recursos humanos e espaço físico para mantê-lo. Pode-se dizer que esta tipologia de museu teria como público prioritário a comunidade universitária. Nos primórdios, quando os museus universitários foram criados, havia a intenção clara de utilizá-los para fins de pesquisa e ensino universitários. Hoje há um movimento para que as universidades realizem mais atividades para as comunidades externas, o que inclui o desenvolvimento de programas para o grande público por parte dos museus universitários. A diversidade de tipos de museus universitários que hoje encontramos é resultado das mais diversificadas histórias das coleções formadoras, de seu desenvolvimento e do perfil de cada universidade, o que inclui os contextos históricos de seus respectivos locais, cidades, regiões, países.⁶²

2.3 Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina (MARQUE/UFSC)

A história do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina (MARQUE/UFSC) remonta sua origem ao Instituto de Antropologia, criado por meio da Resolução nº 089, de 30 de dezembro de 1965 e funcionava junto ao curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC. Em 1968 foi inaugurada a sede própria do Instituto de Antropologia, um prédio reformado e adaptado que integrava o complexo da antiga Fazenda “Assis Brasil”⁶³.

No mesmo ano da inauguração, é implantada a Reforma Universitária, transformando o Instituto de Antropologia em Museu de Antropologia, o que inicialmente não afetou as atividades da instituição. Foi com esta reforma que a instituição passou a receber visitantes que

⁶² ALMEIDA, Adriana Mortara. Op. Cit. p.205.

⁶³ Atual Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n – Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina.

vinham conhecer um pouco das pesquisas realizadas no então Museu de Antropologia.⁶⁴

O Instituto foi criado como um espaço de formação avançada na pesquisa arqueológica e de campo sobre as culturas indígenas, este compunha-se de três divisões: a Divisão de Arqueologia, a de Antropologia Física e a de Antropologia Cultural. Abrigava laboratórios de Arqueologia e Antropologia Física, que reuniam acervo arqueológico, indígena, das culturas tradicionais do estado, sendo então utilizado como recurso didático nas disciplinas de Antropologia Cultural, Antropologia Física, Etnografia Geral e Etnografia do Brasil, lecionadas nas dependências do museu para os alunos dos cursos de História e Geografia da UFSC. O Instituto contava ainda com uma biblioteca especializada em temas contemplados na pesquisa sobre Folclore, Antropologia e Arqueologia.⁶⁵ Para que fossem realizadas exposições, três salas de aula que ficavam anexadas ao prédio principal foram transformadas em salas de exposições.⁶⁶

Frequentemente, as universidades têm coleções para pesquisa e ensino que, guardadas em salas inacessíveis ao público em geral, só podem ser utilizadas por alunos e professores do departamento responsável, tornar acessível tal coleção traz proximidade com o público do museu e de certa forma é um meio de divulgação de pesquisas que não somente no meio acadêmico.

A década de 1950, no contexto brasileiro é marcada diretamente a todo um movimento nacional de preservação dos sítios arqueológicos e a criação do Instituto de Antropologia – IA está ligada a esta demanda. A intenção deste movimento de criações de centro de pesquisas arqueológicos era de constituir equipes especializadas dentro das universidades, no intuito de desenvolverem pesquisas na área e na emergência para que fossem concebidas medidas de proteção contra a destruição de sítios arqueológicos.⁶⁷

Se faz importante ressaltar que, a partir deste momento diferentes universidades abrigaram ou criaram instituições

⁶⁴ SOUSA, Vania Leandro de. **Uma (re) leitura da Reforma Universitária, a partir do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – MU.** 2002. 58 pág. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002. p. 8.

⁶⁵ **Plano Museológico Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARQUE) – Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.** 2015. pág.9.

⁶⁶ Disponível em: <http://museu.ufsc.br/memoria/>. Acesso em: 19.08.2017.

⁶⁷ Idem, p. 17.

arqueológicas. O envolvimento com a universidade e/ou com o mundo universitário trouxe uma outra problemática, o afastamento dos museus de Arqueologia para espaço coadjuvante. Como lembra Bruno, esse movimento “arqueológico-universitário” por um lado garantiu o acesso a pesquisa, mas por outro, estrangulou as atribuições museológicas.⁶⁸

O Instituto de Antropologia contou com a visita de importantes figuras da Arqueologia como Annette Laming Emperaire e seu esposo, o geógrafo Joseph Emperaire, o casal Betty Maggers e Clifford Evans, Wesley Hurt, entre outros. Além de visitarem o Instituto, ministraram palestras e cursos de formação e também realizaram trabalhos de campo na região sul do Brasil.⁶⁹ A equipe do Instituto de Antropologia – IA foi responsável também por escavações e levantamentos de sítios no litoral catarinense. Participaram de encontros em outras cidades, estados e países apresentando trabalhos.⁷⁰

No ano de 1978, através da Resolução nº 065, de maio de 1978, o Museu de Antropologia é transformado em Museu Universitário, o que neste momento fez com que as atividades de pesquisa da instituição fossem foram encerradas, e então um novo status foi dado à instituição, agora voltada exclusivamente para a guarda de acervo.⁷¹

Passado o período de suspensão das pesquisas realizadas pela instituição, somente em meados da década de 1980, o Setor de Arqueologia, retomou suas atividades de pesquisa com o projeto intitulado “*O povoamento pré-histórico na Ilha de Santa Catarina*”⁷², financiado pelo órgão Federal de Incentivo à Pesquisa - FINEP. Este projeto se transforma em um marco importante na retomada das atividades de pesquisa do museu, o que definitivamente rompia com a resolução de 1978, a qual extinguiu a atividade de pesquisa no museu. A partir deste projeto, os demais setores do museu tiveram subsídios para desenvolverem seus próprios projetos de pesquisa. Outra importante mudança que ocorreu no Instituto é que a partir de 1989 este passou a realizar relatórios de impacto ambiental correspondentes a faixa litorânea do estado de Santa Catarina e manteve convênio de

⁶⁸ BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia**: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. 1995. 382 pág. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995. p.124.

⁶⁹ Idem, p. 21.

⁷⁰ Idem, p. 22.

⁷¹ SOUSA, Vania Leandro de. Op. Cit. p. 8.

⁷² Projeto o qual faz parte o salvamento do sítio Rio do Meio que será apresentado no capítulo seguinte.

colaboração científica com o Instituto Anchieta de Pesquisa – UNISINOS, em São Leopoldo no Rio Grande do Sul.⁷³

Completados os vinte e cinco anos de criação do Museu, em maio de 1993, ele passa a ser denominado Museu Universitário “Professor Oswaldo Rodrigues Cabral”⁷⁴, por meio da Resolução nº 106/Cun, de 26 de outubro de 1993, em homenagem a seu idealizador, fundador e primeiro diretor.⁷⁵

Atualmente a fase em que se encontra o museu é marcada pela finalização da construção do novo prédio “Pavilhão de Exposição Antropólogo Silvio Coelho dos Santos”, que passou a abrigar atividades de comunicação museológica (exposições de longa, média e curta duração) e um setor educativo-cultural voltado ao atendimento do público espontâneo, além do público escolar. Esta nova fase, é marcada pela retomada de identidade da Instituição, bem como o caráter antropológico de suas coleções e de suas pesquisas, considerados obscurecidos pela denominação de Museu Universitário. Sendo assim, em 2011, o corpo técnico e os gestores do Museu, juntamente com a Sigmo/UFSC (Significação da Marca, Informação e Comunicação Organizacional), do Centro de Comunicação e Expressão, deram início ao trabalho de desenvolvimento da nova identidade do Museu. Um novo nome foi escolhido para a instituição “Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE)” que atualmente designa o perfil museológico e as atividades da Instituição. Em 2012 o novo nome foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFSC e o Pavilhão de Exposição Antropólogo Silvio Coelho dos Santos foi aberto ao público em abril do mesmo ano.⁷⁶ Em maio de 2014 a exposição “*Arqueologia em questão: percorrendo o litoral catarinense*” é inaugurada estando até hoje aberta à visitação na sala de exposições de longa duração do Pavilhão Silvio Coelho dos Santos

No momento, o MARquE é um órgão suplementar da Universidade Federal de Santa Catarina diretamente vinculado ao

⁷³ Idem, p.51.

⁷⁴ Oswaldo Rodrigues Cabral, foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina, e idealizador e primeiro diretor do Instituto de Antropologia da UFSC, historiador e político brasileiro. Formado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1929. Foi o primeiro titular da disciplina de Antropologia Cultural e pesquisador preocupado com questões sociais e culturais na UFSC.

⁷⁵ Disponível em: <http://museu.ufsc.br/memoria/>. Acesso em: 19.08.2017.

⁷⁶ Plano museológico, MARquE, p.11.

Gabinete do Reitor (GR) apesar de manter vínculos históricos com o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), em especial com os departamentos de História e Antropologia, aos quais se encontra academicamente articulado. Como museu universitário, além do compromisso com a valorização e preservação do acervo sob sua guarda, assume o papel de pesquisar, produzir documentação, comunicar seu acervo e potencializar a circulação social do conhecimento para fins de ensino, pesquisa e extensão em Antropologia Cultural (com destaque para a etnologia indígena e outras culturas tradicionais), Arqueologia e Museologia.⁷⁷

2.4 Musealização da Arqueologia

Falar da relação de Arqueologia e Museologia não é possível sem abordar o conceito de Musealização da Arqueologia. Tanto na Arqueologia como na Museologia, ambas têm como foco de trabalho a cultura material. O objeto específico de estudo da Museologia é o fato museológico, entendido por Waldisa Guarnieri como

“[...] a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence testemunho da realidade. Uma realidade da qual o homem também participa e sobre a qual ele tem o poder de agir, de exercer a sua ação modificadora”.⁷⁸

Estes objetos utilizados como fontes de estudo constituem-se mais do que meros dados e objetos, tratam-se de importantes “peças” que remontam a história humana. A Arqueologia, como abordado no primeiro capítulo desta pesquisa, também trabalha com os vestígios das práticas humanas, embora de outra forma, e estuda os materiais e a totalidade dos vestígios que testemunha as distintas épocas, buscando entender suas relações e o próprio contexto comparando-o com o Homem e o meio em que habita.⁷⁹

⁷⁷ Idem, p.5.

⁷⁸ GUARNIERI, Waldisa R. C. **Cultura, patrimônio e preservação** (Texto III). In: ARANTES, A. A. (org.) *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁷⁹ LEAL, Ana Paula da Rosa. **Musealização da Arqueologia: Documentação e Gerenciamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal**

Levando em consideração estas informações, embora tenham diferentes maneiras de pensar e trabalhar a cultura material, as duas áreas se aproximam na medida em que têm suas origens entrelaçadas e que se assemelham devido aos seus objetos de pesquisa. Ambas lidam com a materialidade como suporte para compreender os sistemas sociais, os comportamentos humanos, as vivências, os vestígios da vida e da memória humana e utilizam isso para entender as relações do ser humano com o seu meio e com o outro, contribuindo para a construção de identidades.

Como base de uma prática preservacionista aplicada aos acervos presentes nos museus, independentemente de sua tipologia, a Museologia faz uso dos processos de musealização que compreende em uma cadeia operatória que incorpora os procedimentos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposições, ações educativas e ação sócio cultural) tendo as coleções como base desse processo. Cabe destacar aqui que os procedimentos de preservação e comunicação são precedidos por outro componente fundamental: a aquisição. Um ponto a ser levado em questão é que no caso dos Museus de Arqueologia:

os processos de delimitação e incorporação dessas coleções são subsidiados, de maneira geral, pela arqueologia, seguidos de procedimentos técnicos, científicos e metodológicos específicos desta área. Por outro lado, é conveniente esclarecer que existem diversas instituições museológicas que abrigam coleções que não foram fruto de coletas científicas, como é o caso de museus que receberam, ou ainda recebem, artefatos provenientes de coletas fortuitas.⁸⁰

Os museus podem ser considerados a principal ponte de encontro entre o público leigo e o conhecimento arqueológico, havendo muitos debates sobre como realizar esta aproximação. Porém o que não podemos deixar de ressaltar é que existe um certo distanciamento entre as áreas de Arqueologia e Museologia, e que gera inúmeros problemas, tais como reservas técnicas abarrotadas, estratégias inadequadas de

do Paraná. 2011. 76 pág. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. p.15.

⁸⁰ RIBEIRO, Diego Lemos. **A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia do Xingó e do Sambaqui de Joinville.** 2012. 376 pág. Tese de Doutorado. Universidade do Estado de São Paulo. São Paulo, 2013. p.53.

aquisição de acervos, coleções malconservadas e documentadas, dentre outros inúmeros problemas.

A Musealização da Arqueologia é caracterizada por um campo de abordagem interdisciplinar, que abarca outras relações entre áreas de conhecimento, muito embora sua maior contribuição seja justamente da evidenciação de um olhar cúmplice, ou seja, complementar entre as duas áreas. O conceito de interdisciplinaridade deve ser aplicado pelas distintas áreas em pesquisas que envolvam patrimônio arqueológico, sendo fundamental incluir nos currículos dos cursos de Arqueologia, História, Ciências Sociais, Museologia e áreas afins, relacionadas com o estudo do passado, as cadeiras de manejo de coleções e princípios básicos de conservação preventiva. A ausência de práticas que envolvam acervo arqueológico em cursos de graduação em Museologia gera ainda mais tal distanciamento entre estes profissionais.

Ao abordar o conceito de Musealização da Arqueologia neste capítulo, não tenho a intenção de desdobrá-lo e aprofundar a análise. A intenção é de mostrar que na época em que os trabalhos de escavação foram realizados, no ano de 1997, já havia uma discussão inicial em 1995, iniciada por Maria Cristina Oliveira Bruno sobre o tema de aproximação das duas áreas. Embora desde meados da década de 90 este conceito tenha sido discutido, historicamente ele também sofreu modificações ao longo do tempo, desta forma a intenção em abordá-lo neste subtítulo é apenas mostrar que havia uma movimentação da Museologia em pensar estratégias para o gerenciamento desta tipologia de coleção na época. E mostrar que as medidas tomadas atualmente para o processamento deste material pelos demais pesquisadores envolvidos e pela instituição, são ações de incorporação do conceito de Musealização da Arqueologia para com este acervo.

Compartilho com a ideia de Ribeiro em não enfatizar o conflito entre as duas áreas, pois não se trata de uma questão de encontrar responsáveis por esta situação, mas sim de enxergar esses retrocessos como um indicativo da ainda deficitária comunicação entre as duas disciplinas – sem mencionar a necessária construção de pontes disciplinares com as demais áreas como a educação, conservação, turismo, entre outras. Como afirma o autor, se aplicarmos o tema para a realidade brasileira, constatamos que a relação disciplinar entre a Museologia e a Arqueologia, sob o pano de fundo da representação

pública do conhecimento, não foge à regra: ainda é pouco explorada e carece de maior interlocução.⁸¹

⁸¹ RIBEIRO, Diego Lemos. **A Musealização da Arqueologia:** um estudo dos Museus de Arqueologia do Xingó e do Sambaqui de Joinville. Revista de Arqueologia, Vol.26, n°2, 2013/Vol.27, n°3, 2014.

Capítulo III

3. O Estudo de Caso – Rio do Meio

Como dito anteriormente, a escolha deste estudo de caso se deu através do contato com a pesquisa de Simon-Pierre Gilson que ministrou uma aula sobre zooarqueologia durante a disciplina optativa “Laboratório de Pesquisa - Arqueologia: Métodos e Técnicas”, ofertada pelo Professor Lucas Bueno. A disciplina foi ministrada durante o segundo semestre de 2016. Bastante interessada pelo tema e pela experiência, iniciei trabalho voluntário em novembro de 2016, auxiliando na pesquisa através das atividades de triagem do material faunístico. Esta tarefa, desenvolvida por Gilson durante a pesquisa, teve por objetivo a triagem dos restos faunísticos a fim de separar os diferentes tipos de ossos de acordo com grandes grupos: restos de peixes, restos de tubarões, otólitos de peixes, carvões vegetais, restos de fauna terrestre, restos de aves, restos de mamíferos marinhos, restos de moluscos marinhos, restos de moluscos terrestres, ossos queimados e fragmentos de ossos não identificados.

Apesar de conhecer a trajetória do Rio no Meio nos espaços pertencentes ao MARquE, foi apenas através desse contato direto que decidi aprofundar e realizar uma pesquisa sobre o mesmo. O trabalho diário em cima deste sítio me despertou muitos questionamentos em relação ao trabalho do arqueólogo e do museólogo, a ligação entre os dois campos de estudos e ainda pensar na questão da importância da conservação destes vestígios coletados em campo e trazidos ao museu, e de que forma poderiam ter um armazenamento e acondicionamento desejáveis e seguros, livres de agentes de degradação.

Cabe ressaltar aqui que o material coletado em sua maioria não foi processado, nem triado e que ainda permanece em condições foram recolhidos na década de 1990, ou seja, em situação inapropriada de acondicionamento, correspondendo a uma grande quantidade e diversidade de material arqueológico herdado pela Instituição.

3.1 Método de escavação e política de coleta do sítio Rio do Meio

O sítio Rio do Meio, entendido como acervo herdado e aqui debatido como estudo de caso, é caracterizado, como apresentado na introdução deste trabalho, como sítio raso. O que caracteriza como uma de suas características morfológicas, um volume muito menor de

conchas em suas camadas arqueológicas do que sítios denominados sambaquis.

O sítio foi escavado a partir de camadas naturais⁸², implementando um quadriculamento em duas áreas de escavação, perfazendo um total de 260 quadrículas escavadas com uma profundidade que variava de 60 cm à 90 cm. O material coletado foi peneirado no sítio em malhas de 1mm ou 2 mm, foi levado em sua totalidade para o laboratório de arqueologia situado no MU/UFSC, sendo parcialmente processado e, posteriormente encaminhado às reservas técnicas da instituição. Além disso, uma amostra de sedimento de cada nível e de cada quadrícula foi coletado; e quando não foi possível escavar uma quadrícula, devido aos imperativos de tempo ligado a um trabalho de salvamento, seu conteúdo foi levado integralmente para o museu afim de passar por um processo de flotação e triagem em laboratório⁸³ e, como veremos a seguir, este trabalho nunca foi realizado por aquela equipe.

Os vestígios trazidos para o laboratório são os mais diversos possíveis, em sua maior parte trata-se de material orgânico tais como cochas; carvão e material queimado; dentes e vertebbras de peixes ósseos e cartilagosos; ossos de mamíferos e aves; otólitos, restos de crustáceos, entre outros. Apresentar estes dados é importante para que se tenha uma noção geral da quantidade de material encaminhado ao museu e que, por sua vez, ainda gera diversos problemas, diagnosticáveis até o momento, como: reservas técnicas abarrotadas de materiais que já deveriam ter sido descartados, mesmo em campo, tornando estes espaços locais de depósito de acervo malconservado e documentado, dentre outras inúmeras enfermidades.

3.2 De que forma e onde encontra-se acondicionado o acervo?

Inicialmente o que foi coletado foi trazido para futuro processamento de material no laboratório de Arqueologia do MU, porém a maior parte do que foi coletado em campo até hoje permanece da mesma forma. Devido à falta de espaço na sede principal do museu, durante anos, o acervo do Rio do Meio ficou acondicionado em uma edificação pertencente ao mesmo, uma casa que fica 50 metros do museu e que funcionava como uma espécie de reserva técnica (figura 3),

⁸² Escavação por estratigrafia natural é a decapagem conforme a deposição cultural dos vestígios.

⁸³ FOSSARI, Teresa Domitila. Op. Cit. p.46

porém sem as devidas condições de um espaço que se denominava como tal (figura 4 e 5).

Figura 3: frente da casa da botânica onde se encontrava o acervo até 2014.

Foto: Autor desconhecido/**Acervo:** LEIA/UFSC (2011)



Figura 4 e 5: Acondicionamento do acervo Rio do Meio
Foto: Autor desconhecido/**Acervo:** MARquE/UFSC (2011)



Em dezembro de 2014, esse acervo foi transferido (figura 6 e 7) desta casa para onde encontra-se atualmente em uma outra edificação anexa pertencente ao Museu (figura 8) -uma réplica de Engenho de Farinha. Esta transferência aconteceu por problemas de segurança na edificação. O processo de transferência foi feito por integrantes do LEIA/UFSC e por integrantes do MARquE/UFSC. Durante o transporte muitos pacotes se romperam e informações foram perdidas.

Figura 6 e 7: Transferência do acervo para a edificação em que se encontra atualmente

Foto: Luciane Zanenga/**Acervo:** MARquE/UFSC (2014)



Os vestígios, artefatos e sedimentos coletados durante a escavação do sítio Rio do Meio atualmente estão armazenados uma parte em reserva técnica do MARquE (apenas o material flotado, triado e analisado) e outra parte (amostras não triadas, incluindo grande quantidade de acervo malacológico) em edificação anexa pertencente ao Museu (uma réplica de Engenho de Farinha). Ou seja, em condições inadequadas (figura 9), mas, inevitáveis de armazenamento, seja pela falta de espaço, seja pela falta de mão de obra, não tendo os profissionais do museu condições de processar e armazenar tamanho volume de material sem a participação efetiva de outros pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação. O material que se encontra armazenado no Engenho permanece acondicionado em sacos plásticos e/ou sacolas de mercado, muitas vezes fragilizadas e mesmo rompidas.

Figura 8: Frente da edificação, réplica de um Engenho de Farinha onde se encontra atualmente o acervo não processado desde 2015
Foto: Letícia Gondim/**Acervo:** MARquE/UFSC (2017)



Figura 9: Parte interna da edificação onde atualmente encontra-se armazenado grande parte do material proveniente do sítio Rio do Meio
Foto: Letícia Gondim/**Acervo:** MARquE/UFSC (2017)



Além dos relatórios, croquis, diários de campo e demais documentações produzidas durante a pesquisa arqueológica, muitas informações sobre cada quadrícula, nível e data de coleta foram anotadas em caneta hidrocor diretamente nas embalagens plásticas, as quais, com o passar dos anos, se perderam integral ou parcialmente. A forma como foram coletadas e acondicionadas em campo, sugerem que esta coleta foi feita pensando de fato num tratamento rápido em laboratório, o que não ocorreu. Muitas vezes as identificações anotadas, bem como inúmeras informações são de difícil compreensão (figura 10, 11 e 12).

Figura 10: Armazenagem em saco de lixo, onde foram encontrados outros pequenos pacotes correspondentes a datas, quadras e níveis diferentes. Na imagem é possível perceber que os pacotes se romperam e a informação foi perdida.

Foto: Letícia Gondim/**Acervo:** MArquE/UFSC (2017)



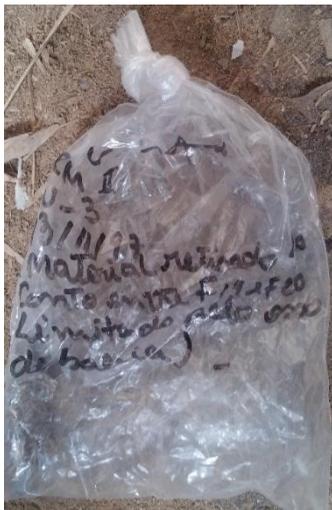
Figura 11: Sacola de mercado onde estão armazenados parte dos vestígios coletados

Foto: Letícia Gondim/**Acervo:** MArquE/UFSC (2017)



Figura 12: Identificação de quadra, nível e data da coleta mais possível informação sobre o local onde foi coletado o material

Foto: Letícia Gondim/**Acervo:** MARquE/UFSC (2017)



Como já dito, a forma como foram acondicionados em campo para o laboratório sugere que seria temporário. Não podemos deixar de notar que há muitas informações que foram perdidas, tanto pelas diversas informações que foram anotadas apenas nos sacos plásticos, como pelo rompimento dos mesmos com o tempo estando estes problemas diretamente relacionados as péssimas condições em que estão acondicionados. As pessoas que hoje tem acesso a essa coleção dificilmente compreendem tais anotações que foram realizadas nos pacotes plásticos. Ressaltando que dificilmente serão lembradas informações de vinte anos atrás caso estas não tenham sido devidamente registradas na documentação pertencente a coleção.

Com relação ao material malacológico o que mais chama a atenção é a quantidade. Para cada quadrícula, nível e dia de campo havia, em média, um pacote de 500 gramas de conchas (figura 13, 14 e 15). Durante a triagem realizada nos espaços onde se encontram acondicionados os vestígios faunísticos, que foi realizada com o objetivo de selecionar as quadrículas eleitas pelo pesquisador para seu estudo, nos demos conta da quantidade imensa de conchas que foram coletadas. Conchas sem transformação antrópica alguma, sem

explicação pela razão a qual foi coletada. No Engenho, onde a maior parte do sítio permanece acondicionado, durante dez dias, separamos 683 kg de concha.

A seguir serão apresentadas fotos deste trabalho no Engenho que ocorreu durante os primeiros meses de 2017.

Figura 13: Exemplar de como encontramos armazenados a grande maioria dos pacotes de concha

Foto: Letícia Gondim/**Acervo:** MARquE/UFSC (2017)



Figura 14 e 15: Pacote de concha encontrado no Engenho, ao lado podemos ver seu peso 9.375 kg

Foto: Letícia Gondim/**Acervo:** MARquE/UFSC (2017)



Na reserva técnica 2 do museu (figura 16 e 17), também durante o trabalho de busca pelas quadras correspondentes à pesquisa de Doutorado de Gilson, retiramos 200,731 kg de conchas, somados aos 683 kg separados no Engenho, onde a maior parte do sítio permanece acondicionado. Chegamos, então, a um total de 883,731 kg de conchas referente a este sítio e que estão armazenadas em sacos plásticos há vinte anos. Me questionei imaginando se o Rio do Meio fosse um sítio do tipo Sambaqui quantas toneladas de conchas estariam hoje armazenadas nos espaços do MARquE?

Figura 16 e 17: Primeira Imagem, caixa em marfinitite, localizada na reserva técnica do museu com pacotes de concha. Ao lado depois da triagem o espaço que foi liberado para acondicionamento de novo material.

Foto: Letícia Gondim/Acervo: MARquE/UFSC (2017)



Outra questão que chama bastante a atenção é que no relatório final de pesquisa não faz qualquer menção ao critério que foi utilizado para a coleta de material do sítio. Esta informação seria imprescindível, pois foram coletados lixos contemporâneos (figura 18, 19 e 20). Estes são os mais diversos, como espuma sintética, isopor, plástico, fragmentos de vidro, cerâmica atual, alumínio e alguns materiais orgânicos todos eles armazenados tanto no Engenho, como na reserva técnica 2 do museu.

Figura 18: Vestígios de plásticos e cerâmicas contemporâneas
Foto: Letícia Gondim/Acervo: MARquE/UFSC (2017)



Figura 19 e 20: Vestígios de lixo contemporâneo coletados em campo como possíveis sacolas plásticas pedaços de espumas e cerâmica contemporânea
Foto: Letícia Gondim/Acervo: MARquE/UFSC (2017)



3.3 Discussão

Durante os trabalhos de escavação do Rio do Meio, houve a preocupação em realizar o salvamento do sítio arqueológico em sua totalidade do impacto que este sofreria. Porém, tal preocupação torna-se problemática, uma vez que boa parte do material continua acondicionado tal qual como chegou de campo, há vinte anos atrás. Até que ponto resgatar sem processar, é realizar um salvamento arqueológico?

Esta é uma pergunta incita uma reflexão e, ao mesmo tempo, cria formas de interação entre a pesquisa, a preservação e a proteção

adequada do patrimônio arqueológico, que quando retirados de seu contexto são acondicionados e armazenados em reservas técnicas de museus.⁸⁴ É necessário o diálogo, bem como é imprescindível um planejamento que envolva profissionais da Arqueologia, Museologia e Conservação para a criação de protocolos de coleta, entrada, guarda e conservação das diferentes tipologias de acervo arqueológico, antes que este perca completamente seu potencial de investigação e difusão.⁸⁵

Antes de fazerem parte do mundo dos museus os artefatos arqueológicos passam por uma seleção inicial realizada por uma ‘ótica científica’ baseada na hierarquia de valores do pesquisador. O que vemos apresentado no contexto museológico é o produto de práticas sociais, nas quais operam seleções desde a coleta até a comunicação dos vestígios arqueológicos. Sendo assim, muito além de ser um vestígio do passado, o patrimônio arqueológico é um recurso, um fenômeno contemporâneo que se constitui no presente. Para tanto, é necessário um olhar museológico para a problemática em questão, uma vez que serão essas instituições museológicas que herdarão os inúmeros vestígios gerados pelas pesquisas arqueológicas.

É preciso ter políticas claras e planejamento a longo prazo que antevêm e evitem a deterioração que sofrem as coleções uma vez escavadas, pesquisadas e depositadas nos museus, caso contrário, como ressaltam Arriaza & Cassman, se estará cometendo um “arqueocídio”. A responsabilidade de um arqueólogo não termina após a publicação de seu trabalho, esta preocupação deve ir muito além do interesse individual de pesquisa.

Esta pesquisa não tem como objetivo desqualificar o trabalho que foi realizado, nem a instituição onde o mesmo encontra-se armazenado, mas sim chamar a atenção para o distanciamento que ocorreu entre o pesquisador, na época, com o museu. Os museus brasileiros entraram no século XX com coleções arqueológicas produtos de coletas assistêmaticas, como locais de ensino e produção científica, como depósitos de objetos ordenados, atuando a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória.⁸⁶ Além disso, é preciso dar atenção para a divulgação das pesquisas para o grande público, pois muitas destas publicações encontram-se ainda em

⁸⁴ ARRIAZA, Bernardo.; CASSMAN, Vicki. ¿Se esta produciendo um “arqueocídio”? Revista Chungará, nº 20, julio 1988. Universidad de Tarapacá – Chile. p.69.

⁸⁵ Ibidem, p.70.

⁸⁶ BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Op. Cit. p. 99.

periódicos, revistas especializadas e livros direcionados à academia sem que haja preocupação em informar o público leigo.

Diante dos fatos acima apresentados também cabe questionar a validade de uma coleta massiva de material, ao qual, após ser retirado de seu contexto, estudado ou não, acaba consumido em locais inadequados e propícios aos mais diversos fatores, como ataque biológico, saque e até mesmo destruição. Não podemos esquecer que ao retirarmos um objeto do solo e expô-lo, e que de certa forma estava protegido, passa de um processo de lenta destruição para uma rápida degradação por conta das diferenças encontradas entre os distintos ambientes. Em outras palavras, a sensibilidade deste objeto está intimamente relacionada ao local de onde ele foi retirado com o novo ambiente ao qual será acondicionado.⁸⁷

Uma importante questão levantada por Froner, que deve ser abordada nesta pesquisa, é o fato de que os bens patrimoniais arqueológico e etnográfico brasileiro encontram-se em desigual posição em relação a outros produtos da cultura material. A autora chama também a atenção para uma importante área a Conservação, a qual se encontra dissociada do campo da Arqueologia, e que no Brasil as poucas escolas que existem priorizam o estudo de pinturas de cavalete e esculturas policromadas em detrimento de estudos voltados para a Arqueologia e Etnologia.⁸⁸

Se levarmos em consideração a posição que as profissões de arqueólogo, etnólogo e conservador ocupam no ranking científico, notamos certo distanciamento conceitual em relação aos trabalhos manuais concernentes às atividades de campo e de laboratório praticados por estas áreas. A visão que ainda se tem da Arqueologia apenas como uma técnica, uma área auxiliar de outras disciplinas ainda sobrevive no meio acadêmico. Estas considerações têm ligação com a própria forma como as Ciências Sociais consideram qualquer trabalho braçal como atividade menor, herança da visão acadêmica implantada no Brasil.⁸⁹

Porém, a própria área da Arqueologia e Etnologia ainda cai na mesma postura preconceituosa dos cientistas sociais perante às demais áreas como Museologia, Curadoria, Conservação e Documentação de

⁸⁷ FRONER, Yacy-Ara. **A conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 1995. p.295.

⁸⁸ Ibidem, p.294.

⁸⁹ Idem.

Acervos ao tratar estas disciplinas como auxiliares, ferramentas de trabalho, sem levar em consideração a interdisciplinaridade que nelas existem e que cada área pode dar sua contribuição para a preservação do patrimônio cultural.⁹⁰ Em contrapartida, a ausência de práticas que envolvam acervo arqueológico em cursos de graduação em Museologia gera ainda mais tal distanciamento entre estes profissionais.

O conceito de interdisciplinaridade deve ser aplicado pelas distintas áreas em pesquisas que envolvam patrimônio arqueológico, sendo fundamental incluir nos currículos dos cursos de Arqueologia, História, Ciências Sociais, Museologia e áreas afins, relacionadas com o estudo do passado, as cadeiras de manejo de coleções e princípios básicos de conservação preventiva. Desta maneira, como lembra Froner, as novas gerações “poderiam ser orientadas a proteger o patrimônio estudado, arqueológico ou não, percebendo-o globalmente, tanto em seus aspectos materiais quanto conceituais”.⁹¹ Caso o debate acima tivesse sido incorporado por universidades, museus e outras instituições de pesquisa, problemas como o caso do sítio Rio do Meio seriam evitados.

Levar em consideração a questão da conservação perante os artefatos, significa, a longo prazo, assegurar o potencial de investigação desses objetos coletados em campo, uma vez que esta ação demonstra a preocupação em manter a integralidade do material. Na falta de um conservador um dos objetivos principais do arqueólogo, deveria ser o desenvolvimento de estratégias de conservação, uma vez que ao expor os vestígios arqueológicos a condições diferentes, estará perturbando o equilíbrio estabelecido entre este e o meio onde se encontrava, tornando-se, assim, um agente acelerador involuntário dos processos de deterioração e corrosão do material arqueológico, contribuindo para a destruição destes, pois sítios arqueológicos não são bens renováveis.⁹²

⁹⁰ Ibidem, p.296.

⁹¹ Idem.

⁹² LORÊDO, Wanda Martins. **Manual de Conservação em Arqueologia de Campo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Departamento de Proteção, 1994. p.17.

3.4 Atualmente, como encontra-se o acervo e o que tem sido feito?

Como citado no capítulo anterior, desde 2011, o MARquE vem passando por inúmeras transformações e aos poucos, visto a equipe reduzida, vem se adequando e como primeira medida podemos citar a criação de documentos institucionais tais como plano museológico. A instituição está em vias de construir sua política institucional de aquisição e descarte de acervo, fato este que culminou com a Portaria nº 07/SeCult/2013, de 08 de maio de 2013, onde foi estabelecido que por um prazo de dois anos, posteriormente prorrogado por mais dois anos, o museu não receberia acervo, salvo quando constatada pelo corpo técnico a relevância da doação para o acervo já existente.

Importante ressaltar estas informações, pois a presente pesquisa não tem a intenção de apresentar culpados para a situação em que se encontra o acervo do Sítio Rio do Meio. O objetivo, através deste estudo de caso, é mostrar que a falta de interdisciplinaridade, métodos e diálogo entre as áreas de Arqueologia, Museologia e Conservação fez com que chegasse a esse ponto. Não podemos ser anacrônicos ao pensar com as técnicas, métodos e legislações que temos atualmente e julgar o que foi feito no passado. Mas podemos utilizar como exemplo um problema herdado pela instituição que conta com uma equipe reduzida e precisa encontrar uma forma de processar todo este material. O caso do Rio do Meio representa possivelmente, um entre tantos outros casos nos museus brasileiros de Arqueologia.

Em 2014, parte da equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA/UFSC) e a atual arqueóloga, Luciane Scherer do MARquE, inscreveram um projeto para concorrer ao Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, Prêmio Catarinense de Museus Elisabete Anderle, Modalidade de Pesquisa, promovido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) cuja coordenação do projeto ficou sob responsabilidade da atual arqueóloga do museu. Aprovado o projeto sob o título “Revisitando o acervo arqueológico do sítio Rio do Meio: estudo das coleções cerâmica, faunística e lítica” os envolvidos revisitaram para novo estudo, parte da coleção lítica, cerâmica e faunística, bem como foi processado, documentado e acondicionado parte do acervo cerâmico e zooarqueológico. Deste projeto decorreu e ainda decorrem várias pesquisas como a Tese de Doutorado de Simon-Pierre Gilson⁹³, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Guilherme

⁹³ GILSON, Simon-Pierre Noël Robert. **Estudo Zooarqueológico Comparativo entre Sítio Litorâneos Pré-coloniais da Ilha de Santa**

Burg Mayer⁹⁴, uma parceria com o químico Thiago Guimarães Costa do Atelier de Conservação e Restauração (ATECOR) e que estará culminando em outro Trabalho de Conclusão de Curso da estudante de graduação em Química Morgana H. Z. Hübner e esta pesquisa, além de artigos e apresentação de trabalhos em congressos.

Como consequência do desenvolvimento de pesquisa de Doutorado de Gilson como já mencionado, foi durante a visita aos espaços onde encontram-se os materiais coletados e processados ou não que separamos os pacotes de conchas realizando rápida identificação das espécies e pesagem de cada pacote, para possível descarte, uma vez que a quantidade coletada excede a necessidade de pesquisa, abarrotando a reserva técnica, além de a maior parte não apresentar qualquer vestígio de transformação antrópica.

Caso seja decidido pelo possível descarte destas conchas, este só correrá com devida autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência Regional de Santa Catarina (IPHAN/SC) e do Conselho Nacional de Arqueologia (CNA), respeitando as exigências destes órgãos no que tange a material arqueológico descartado.

Outra solução para o acervo malacológico, que não o descarte, e que vem sendo discutida pela equipe do museu, seria sua utilização para preencher caixas de escavação a serem empregadas em ações educativas. Além do mais, parte do acervo faunístico que não possui qualquer documentação de identificação de campo poderia também ser aproveitada como material didático. Uma solução equivalente poderia ser igualmente aplicada a parte do material lítico, que uma vez estudados, se revelaram ecofatos⁹⁵, cuja a conservação em reserva técnica não tem justificativa. Destaco que atualmente o MARquE está iniciando uma discussão sobre políticas de aquisição e descarte de seu acervo, previsto em seu Plano Museológico, debate que na época da escavação do sítio Rio do Meio sequer existia.

Catarina. Em andamento. Tese. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Museu Nacional/UFRJ.

⁹⁴ MAYER, Guilherme Burg. **Identificação de restos faunísticos de tubarões no sítio arqueológico Rio do Meio - Florianópolis e suas implicações ecológicas e antropológicas.** Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Ciências Biológicas. Biologia. Universidade Federal de Santa Catarina. 56 p. Atualmente Mayer está cursando o mestrado em Ciências Biológicas/UFSC e sua pesquisa dará continuidade à problemática discutida em seu TCC.

⁹⁵ Ecofatos são vestígios do meio ambiente e restos dos animais que passaram sobre apropriação do ser humano.

Todas estas pesquisas e medidas que foram apresentadas aqui são desdobramentos da Musealização da Arqueologia que foi possível graças ao projeto Elisabete Anderle que possibilitou com verba que este acervo fosse, se não em sua totalidade, mas em parte processado e revisitado por pesquisadores com interesse no mesmo. Desta forma, através de um novo estudo para com parte da coleção lítica, cerâmica e faunística, bem como o processamento, documentação e novo acondicionamento de parte do acervo cerâmico e zooarqueológico, a Musealização da Arqueologia tem sido realizada através de uma abordagem interdisciplinar, abarcando outras relações entre áreas de conhecimento e evidenciando um olhar cúmplice, ou seja, complementar entre as duas áreas, Arqueologia e Museologia.

Considerações Finais

Uma vez que o material coletado em campo chega à Instituição de guarda, este precisa ser armazenado em reservas técnicas adequadas garantindo longevidade e integridade ao acervo. Lamentavelmente, muitas instituições estão abarrotadas por quantidades massivas de artefatos arqueológicos de pesquisas passadas as quais por inúmeros fatores, não dão conta de processar tais materiais, mesmo assim, algumas destas instituições continuam recebendo acervo de projetos atuais e são armazenados em invólucros e ambientes de péssima qualidade.

Infelizmente, a maioria dos museus possui pouco recurso e muitas necessidades, e apesar da Instrução Normativa Nº 001 de 25 de março de 2015 ser clara sobre as responsabilidades do arqueólogo coordenador e da instituição de guarda e pesquisa, o que já foi realizado anteriormente à publicação desta Instrução está muito aquém de condições adequadas. Além disso, muitas pesquisas acadêmicas de décadas atrás não foram processadas em sua totalidade e, o resultado final, de acervos arqueológicos herdados, obviamente não é animador, ocasionando perda de informações, artefatos e contextos, resultando assim no amontoamento de objetos nos museus.

Não adianta que haja debates nas áreas de Conservação, Museologia e Arqueologia, se não há uma equipe coesa multidisciplinar enriquecendo ainda mais o trabalho do arqueólogo, possibilitando assim a preservação e otimização destas coleções. Cabe ressaltar que as discussões que abraçam a Musealização da Arqueologia têm sido extensivamente discutidas graças ao esforço de diversos profissionais em delimitar os limites e a extensão do que compreendemos como objeto de estudo dessa área.

Como ressalta Ribeiro, as questões que balizam o conceito da Musealização da Arqueologia têm ganhado espaço nos mais importantes fóruns de discussões da Arqueologia e, em menor grau, da museologia. Podemos citar como alguns exemplos o simpósio temático “REMAAE: desafios para uma política de preservação do patrimônio arqueológico”, Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia, constituído dentro do contexto do Fórum Nacional de Museus (FNM), durante as reuniões do Grupo de Trabalho de Museus Arqueológicos e Etnográficos, no III FNM, realizado em Florianópolis no ano de 2008 e o simpósio temático “As interseções entre Arqueologia e Museologia: caminhos possíveis para a gestão do patrimônio arqueológico”, os Simpósios “Endosso Institucional e Gestão de Acervos: desafios e

perspectivas legais”, e o Simpósio “Musealização da Arqueologia e produção acadêmica: novos problemas, novos desafios”.⁹⁶ E mais recente a união dos mais diversos profissionais das mais distintas áreas que fazem parte do Grupo de Trabalho em Arqueologia (GT Arqueologia) que atualmente tem ganhado cada vez mais visibilidade por parte dos campos de Arqueologia, Museologia e Conservação e que vem elaborando recomendações e diretrizes para assegurar a salvaguarda de acervos arqueológicos.

Trabalhar em instituições que lidam com o patrimônio, neste caso mais específico o patrimônio arqueológico brasileiro, envolve diferentes questões, visto que se trata de proteger e salvaguardar a história patrimonial de um país pautado na diversidade. Levando em conta que a instituição que abriga a coleção do Rio do Meio trata-se de um museu universitário, concordo com a afirmação de Bruno de que a universidade no Brasil ainda não abriu espaço para a compreensão das particularidades e potencialidades dos museus. Onde toda a lógica acadêmica tem se revelado adversa para com os museus. Como lembra a autora, esta tendência cresceu consideravelmente nos anos setenta e oitenta e aos poucos as estruturas arqueológicas universitárias abandonaram a identidade museológica e se auto definiram como institutos, núcleos, laboratórios, centros, ou simplesmente departamentos. Esta perda da identidade museológica tem grande responsabilidade nas questões inerentes à comunicação arqueológica. Desta forma, o processo curatorial é finalizado na análise e guarda dos vestígios e evidentemente na preparação dos exigidos trabalhos acadêmicos.⁹⁷

No Brasil, muito embora o ‘nascimento’ da Arqueologia tenha ocorrido dentro dos museus, contudo, essa relação de cumplicidade – para o bem e para o mal – foi dando lugar a um estranhamento. Uma vez que a pesquisa arqueológica gera um sem-número de objetos patrimoniais que se destinam às reservas técnicas e exposições museológicas, a relação entre esses campos do conhecimento passou a ser caracterizada por rotas de afastamento e pontos de colisão e tensão. Além disso, a Arqueologia, ao lidar com as relações sociais associadas à produção, uso e descarte da cultura material, e a Museologia, ao compreender, teorizar, sistematizar e aprimorar a relação entre

⁹⁶ RIBEIRO, Diego Lemos. **A Musealização da Arqueologia**: um estudo de museus de arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. Revista de Arqueologia, Vol. 26, nº 2 2013/ Vol. 27 nº 1 2014.

⁹⁷ BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Op. Cit. p.124.

sociedade e patrimônio cultural, lançam olhares por vezes entrecruzados para os mesmos fenômenos. Arqueologia e Museologia têm, assim, caminhos entrelaçados.⁹⁸

Os inúmeros vestígios coletados em campo advindos das mais diversas pesquisas arqueológicas, ganham sentido quando explorados a partir de uma perspectiva museológica contemporânea, que vise à construção de uma nova prática social a partir de ações de preservação do patrimônio cultural.

Apesar de atualmente termos mais órgãos, leis e portarias que nos assegurem que casos como o Rio do Meio não se repita, lamentavelmente o que foi feito está feito e não há como voltar atrás. Lembrando que temos em todo país uma vasta coleção de acervo arqueológico e uma equipe reduzida de profissionais capacitados trabalhando nos museus, e, para piorar, uma equipe também reduzida dentro IPHAN para garantir que fiscalizações sejam realizadas em tempo hábil.

Desta forma, concluo sobre a importância de um trabalho planejado e bem executado durante as etapas de campo e laboratório, culminando em documentação, acondicionamento e armazenamento adequado dos materiais arqueológicos. Portanto, artefatos arqueológicos precisam ser preservados através de medidas de conservação que devem ser iniciadas em campo, posteriormente em laboratório e, finalmente, mantidas em reservas técnicas de museus. Caso contrário, o melhor que pode e deve ser feito é mantê-los enterrados no ambiente “estável” em que se encontravam, ao invés de armazenados de forma precária e inapropriada por meses, e mesmo anos, aguardando tratamento adequado. A ação do tempo, inevitavelmente, modifica de algum modo a materialidade do objeto, mas os danos eventualmente produzidos por uma intervenção incorreta durante o processo de coleta podem ser piores.

O projeto contemplado no Edital Elisabete Anderle teve como uma de suas propostas o estudo do acervo do sítio Rio do Meio a partir de diferentes abordagens e métodos interdisciplinares, gerando conhecimento arqueológico novo e, ao mesmo tempo, contribuindo para a conservação de uma coleção arqueológica única, colaborando para a valorização do potencial de estudo de acervos já existentes em Reservas

⁹⁸ WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. **Patrimônio Arqueológico Paulista**: proposições e provocações museológicas. Tese de Doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.29.

Técnicas, fornecendo um exemplo positivo de pesquisa arqueológica realizada sem a necessidade de uma nova escavação.

A intenção aqui é chamar a atenção dos arqueólogos sobre o potencial e valor das coleções que estão depositadas em inúmeros museus, as quais muitas ainda não foram estudadas, e que merecem este tratamento, a exemplo do que aconteceu e está acontecendo com o acervo do sítio Rio do Meio. Ressalto que graças ao prêmio foram realizadas novas datações do sítio, que apresentava até o momento uma única data. E graças a impulsão do projeto “Revisitando o acervo arqueológico do sítio Rio do Meio: estudo das coleções cerâmica, faunística e lítica” tornou-se possível dar continuidade às pesquisas iniciadas na década de noventa viabilizando o processamento de parte significativa do material, produzindo conhecimento científico e readequação dos espaços de guarda, liberando as reservas técnicas da Instituição. A intenção em apresentar estes dados é que esta iniciativa incentive a realização de pesquisas em acervos arqueológicos presentes em museus, ao invés da escavação de novos sítios.

Desta forma, vemos que o conceito de Musealização da Arqueologia nos serve para compreender elementos estruturantes para a esta pesquisa. Os estudos acerca da Musealização da Arqueologia preenchem atualmente uma lacuna de análises porque se preocupam com aspectos pouco trabalhados na época da escavação por museólogos e praticamente esquecidos pelos arqueólogos, uma vez que a estreita vinculação entre o desenvolvimento da pesquisa arqueológica e das instituições museais parecia não ser, mediante ao estudo de caso apresentado, uma preocupação dos arqueólogos, mas que atualmente vem sendo desenvolvido e aplicado no processamento deste acervo.

Sendo assim, o tratamento conferido ao acervo do museu, que podemos considerar com a salvaguarda, torna-se um dos elos mais significativos do processo de Musealização da Arqueologia. Os impasses no processamento e na análise do acervo podem gerar um grande passivo, como reservas técnicas amontoadas de objetos destituídos de sua camada simbólica, além de dificuldade e/a inviabilidade de recuperação da informação, por razão de uma sistematização inadequada tanto dos acervos quanto de seus documentos, dentre outros diversos prejuízos.

Concluindo, esta pesquisa se faz importante para compreender os contextos de transformações de métodos, leis e das transformações na Arqueologia e nos museus de Arqueologia no Brasil. Se faz importante também, pois casos como o do sítio Rio do Meio são comuns nas reservas técnicas dos nossos museus e estes cada vez mais estão em

busca de interdisciplinarmente encontrar a melhor solução, respeitando o contexto e limitações de cada instituição, para a recuperação desta informação; para um acondicionamento correto e seguro; e uma documentação eficiente. Ademais, sensibilizarem os demais pesquisadores envolvidos nesse processo, pois o que se encontra salvaguardado numa instituição museológica tem tanto potencial de pesquisa quanto a realização de uma nova escavação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e coleções universitários: Porque Museus de Arte na Universidade de São Paulo.** 2001. 311 p. Tese. Universidade de São Paulo Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2001

BAHN, Paul; Colin RENFREW. **Arqueología** – teoría, métodos y práctica. Madrid, Akal, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasil. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937

BRASIL. Instrução Normativa n.º 001, 25 mar. 2015. Diário Oficial da União, 25 mar. 2015

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. 1995. **Musealização da Arqueologia:** um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. São Paulo: FFLCH – USP.

CACCIATORE, Luca.; CACCIATORE, Sandra Pereira. **Legislação aplicada aos crimes contra os sítios arqueológicos: (in)eficácia da prevenção e aplicação das penas.** Revista da Unifebe nº 14, 2014.

FOSSARI, Teresa Domitila. **A População Pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis, 2004, 329 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de pós-graduação em Geografia.

FOSSARI, Teresa Domitila. **O Salvamento do Sítio Rio do Meio:** Projeto Gerenciamento dos Sítios Arqueológicos do Empreendimento Jurerê Internacional. Florianópolis, julho de 1998.

GUARNIERI, Waldisa R. C. **Cultura, patrimônio e preservação** (Texto III). In: ARANTES, A. A. (org.) Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEAL, Ana Paula da Rosa. **Arqueologia, Museologia e Conservação:** Documentação e Gerenciamento da Coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS). Pelotas, 2014, 124 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia com concentração em Arqueologia) - Programa de pós-

graduação em Antropologia (área de concentração Arqueologia) da Universidade Federal de Pelotas, 2014.

LESSA, Andréa; SCHERER, Luciane Zanenga. **O outro lado do paraíso: novos dados e reflexões sobre violência entre pescadores-coletores pré-coloniais**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n.18, 2008.

LORÊDO, Wanda Martins. **Manual de Conservação em Arqueologia de Campo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Departamento de Proteção, 1994.

MORAIS, José Luiz de. **Salvamento Arqueológico na área de influência da PCH Moji-Guaçu**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, S. Paulo, 5: 77-98, 1995.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil**. Cadernos do CEOM – Ano 21, n.29 – Bens Culturais e Ambientais

Plano Museológico Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARquE) – Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. 2015

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora UNB, 1992.

RIBEIRO, Diego Lemos. **A musealização da arqueologia: Um estudo dos museus de arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville**. São Paulo, 2012, 376 p. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

ROHR, A. S. J. **Pesquisas Páleo-Etnográficas na Ilha de Santa Catarina**. Pesquisas, v. 3, p. 199–266, 1959.

ROHR, João Alfredo. **O sítio Arqueológico do Pântano do Sul SC – F – 10**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1977.

SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I.; DE MASI, M. ROGGE, J. H.; JACOBUS, A. L. **Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J.:** O sítio arqueológico da Praia das Laranjeiras II: uma aldeia da Tradição Ceramista Itararé. Pesquisas, Antropologia, n°. 49, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHARER, Robert J. ASHMORE, Wendy. **Fundamentals of Archaeology**. The Benjamin/Cummings Publishing Company, California, 1979. Cap I Tradução: Dione Rocha Bandeira.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. **Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 421-435, set. - dez. 2009.

SOUSA, Vania Leandro de. **Uma (re) leitura da Reforma Universitária, a partir do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – MU**. 2002. 58 pág. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

TIBURTIUS, Guilherme; BIGARELLA, Íris K; BIGARELLA, João José. **Nota prévia sobre a jazida paleo-etnográfica de Itacoara – Joinville, Santa Catarina**. Ciência e Cultura, São Paulo, v.3, n.4, 1951.

TIBURTIUS, Guilherme; BIGARELLA, Íris K; BIGARELLA, João José. **Nota prévia sobre a jazida paleo-etnográfica de Itacoara – Joinville, Santa Catarina**. Arquivos de Biologia e Tecnologia, v 5-6. 1950/51.

WICHERS, Camila Moraes. 2011. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. Tese de Doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 349p.